

ESTUDO PRELIMINAR SOBRE OS POBRES URBANOS

Liliana Ogando Caló
Leandro Ventura
Graciela L. Eguía

"Entre as vastas extensões de terras e as maravilhas da tecnologia, que além da terra conquistou os céus para o homem, a burguesia conseguiu converter nosso planeta em uma suja prisão".¹

Apresentação

A pobreza urbana tem sido uma condição estrutural do capitalismo e não um produto original do neoliberalismo do final do século. Entretanto, *a acumulação de riqueza de um lado e a miséria do lado da classe que produz seu produto na forma de capital*, nos dizeres de Marx, se foi exacerbando. O pós-guerra e o pacto reformista criaram a idéia de que a classe operária poderia, sob o capitalismo, mudar a sua condição de escravo assalariado. O fim do neoliberalismo e a crise capitalista em curso colocam em primeiro plano a verdadeira situação das classes trabalhadoras e do povo pobre sob o capitalismo. Os breves apontamentos sobre a pobreza urbana, e em particular brasileira, são fundamentos para construir hipóteses em relação ao papel que dos pobres urbanos na crise capitalista atual.

Como breve introdução, indicaremos as características e o significado do vasto processo de urbanização ocorrido mundialmente e no Brasil, durante as últimas décadas, como um fenômeno de classe moderno, que explica as transformações

¹ Manifesto da IV Internacional sobre a guerra imperialista e a revolução proletária mundial, maio de 1940.

sociais e culturais da vida nas grandes cidades, de fins do século XX e início do século XXI².

Consideraremos também, o desenvolvimento da desigualdade social³ demonstrada no crescimento exponencial das favelas e, sua contrapartida, o crescimento de bairros privados das classes proprietárias e os novos ricos, “amuralhados”, “preservados do perigo dos pobres” como uma verdadeira urbanização racista e segregacionista que iguala pobreza e criminalidade⁴. Como assinala M. Castells se observa *a tendência à organização do espaço em zonas de forte heterogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não somente em termos de diferença, como também de hierarquia*⁵.

As fronteiras urbanas – legais, ilegais, usurpadas, *favelas* – marcadas por origens de classes, preconceitos sociais e culturais que condenam a pobreza e justificam a exclusão, tem uma sustentação social nas classes médias altas, e a partir desta para o conjunto da classe média, através das quais a grande burguesia economicamente poderosa, mas socialmente minoritária, encontra as formas de mediação necessária para garantir sua dominação sobre o proletariado e as classes e grupos sociais entre si.

A criminalização da pobreza durante o ciclo neoliberal, tem se aprofundado e merece um aparte especial. Aponta o norte-americano Mike Davis, *agora mesmo no Haiti em Porto Príncipe, Brasil e EUA estão colaborando no desenvolvimento de um modelo de intervenção para espaços urbanos pobres que implica investimentos e reformas módicas, mas permite, por exemplo, a volta da polícia a esses locais ou baixar o custo de forças de manutenção da paz – que, no caso do Iraque, é altíssimo. É uma tentativa de combinar o estado da arte em tecnologia militar com algum tipo de presença física mínima para legitimar o Estado ou o governo local*⁶. A nova orientação estatal considera que os futuros

² Assim descrevia Engels: “Na realidade a burguesia conhece apenas um método para resolver da sua maneira a questão da moradia, ou seja, para resolvê-la de tal forma que a solução sempre volta ao problema original. Este método se chama Haussmann. Entendo aqui por Haussmann, não somente a maneira específica bonapartista do Haussmann parisiense de traçar ruas largas, largas e retas através dos bairros operários construídos estreitamente, e rodeá-las de cada lado com edifícios luxuosos; sua finalidade, além do caráter estratégico tendente a tornar mais difícil a luta com barricadas, era formar um proletariado da construção especificamente bonapartista e dependente do Governo, e dessa forma transformar Paris numa cidade de luxo [...] Em ‘A situação da classe trabalhadora na Inglaterra’ fiz uma descrição da Manchester de 1843 e 1844. Posteriormente, as linhas de trem que passam através da cidade, a construção de novas ruas e o erguimento de grandes edifícios públicos e privados fizeram com que alguns dos piores bairros que mencionava sejam cortados, arejados e melhorados; outros foram inteiramente derrubados; mas ainda há muitos que se encontram no mesmo estado de decrepitude, senão pior do que antes, apesar da vigilância da inspeção sanitária, que se tornou mais estrita. Por outro lado, como resultado da enorme extensão da cidade, cuja população tem aumentado em mais da metade, bairros que então eram ainda arejados e limpos, estão hoje tão sujos, tão obstruídos e superpovoados como o estavam em outro tempo as partes de pior fama da cidade”. F. Engels, Como resuelve la burguesia el problema de la vivienda, Capítulo III, M.I.A. [Marxism Internet Archive].

³ No Brasil a renda dos 20% mais ricos é quase 22 vezes maior que a renda dos 20% mais pobres. Na China é de 12,2%, Rússia 7,6% e Índia 5,6%. (O Globo, 28/11/07).

⁴ Qualquer experiência comum do espaço público se converte em ilusória pelo abismo quase infinito entre as classes [...] Mais de 200 heliportos que fazem necessário o controle do tráfico aéreo em São Paulo, e policiais privados cujo contingente excede o das forças estatais. Por outro a implacável luta pela sobrevivência nas favelas das grandes cidades... Francisco de Oliveira, *Lula no labirinto*.

⁵ M. Castells, *A questão urbana*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

⁶ Extraído da revista O Estado de São Paulo, *Grandes reportagens. Megacidades*, São Paulo, agosto de 2008.

cenários de violência estarão concentrados em megacidades que congregam enormes contingentes de pobres urbanos e sugere a intervenção militar direta sem excluir “guerras de baixa intensidade”⁷.

Apontaremos algumas considerações sobre o velho-novo fenômeno social dos “pobres urbanos” tentando responder aos enfoques que o definem exclusivamente por esta *unidade identitária* ou *cultural*, sem a qual seria impossível compreender as formas de sociabilidade próprias, mas insuficientes, ao mesmo tempo, para reconhecer sua ampla heterogeneidade constituinte⁸. Dissolvendo grupos marginais e “*sem classe*” crônicos com setores que, ainda compartilhando similares condições miseráveis de vida nas favelas, mantém laços de identidade desigual com a classe operária. As limitações deste enfoque identitário se apresentam no terreno das possibilidades políticas, ao não distinguir a identidade como assalariados de uma camada de pobres urbanos que, a partir de uma perspectiva de classe, possibilita pensá-los como aliados e integrantes dos grandes contingentes proletários com potencial anticapitalista. Em contrapartida, tampouco os distingue daqueles setores despossuídos crônicos, que podem atuar como fermento e base social de ações violentas contra a classe operária.

É importante mencionar, também, aqueles que integram os pobres urbanos nos “novos movimentos sociais” que adquiriram protagonismo na resistência ao ciclo neoliberal e que, na maioria dos casos, apresentam abordagens substitucionistas do proletariado; considerando que os processos de conflitividade social tradicionais (sindicatos) devem ser superados por novas formas organizativas e redes sociais de autogestão e autogoverno, à margem das relações mercantis e de exploração. Alguns destes apontamentos tiveram peso entre os zapatistas de Chiapas, os camponeses sem terra no Brasil, os movimentos indigenistas na Bolívia ou os movimentos de desempregados “piqueteiros” na Argentina. O peso que adquiriram essas abordagens *a partir os pobres que resistem* está relacionado não somente com o crescimento exponencial da pobreza das últimas décadas, mas também com o questionamento do papel da classe trabalhadora a partir das transformações profundas em sua composição e fisionomia, de sua desorganização social e política, do retrocesso de suas organizações e subjetividade.

Finalmente, os apontamentos que *a partir a classe trabalhadora* reconhecem a diminuição ou transformação do setor industrial tradicional, combinado com uma

⁷ Como já foi reconhecido por distintos meios, jornalistas e analistas: cinco anos de Minustah, e o Haiti continua o país mais pobre do Ocidente. Desde o início de 2004, as tropas que tiveram participação de 20 países, comandadas pelo Brasil, são acusadas de cometer massacres, assassinatos, estupros e outras violações, sobretudo com a população mais pobre.

⁸ Podem considerar-se antecedentes destas capitulações identitárias as abordagens que, desde os anos 1960, rechaçaram o trato da pobreza e sua relação com as relações de classe desde uma lógica sistêmica, centrados nas formas não econômicas de segregação. Lembremos de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari que iniciaram o debate sobre as formas de expulsão e segregação exercidas de forma regular e naturalizadas, ressaltando-as como o resultado de uma larga e trágica prática social estabelecida a partir do século XVII.

significativa sub-proletarização do trabalho, mas ao contrário de um adeus ao proletariado, o interpretam como *um amplo leque de agrupamentos e segmentos que compõe a classe-que-vive-do-trabalho*⁹.

O sociólogo Chico de Oliveira, baseado nas transformações operadas na classe operária e centrado no caso brasileiro, dissolve junto com o fim do proletariado fordista a classe operária como *concretamente* se apresenta no período pós-neoliberal. E o faz por duas vias: interpretando o novo fenômeno de pauperização como a perda do “caráter de classe” de suas filas e a constituição do que denomina uma *nova classe social, definida por seu acesso aos fundos públicos e seu controle sobre eles*¹⁰. A resultante social, segundo este autor, seria uma nova classe operária incapacitada estrutural e politicamente para enfrentar-se com o capitalismo, já que tem “algo mais que amarras para romper”, que convive junto a um setor majoritário de trabalhadores, em empregos informais, precarizados e desempregados, cuja resposta impotente e sintomática tem sido *o aumento da delinquência violenta*. Em síntese, esta bipolaridade seria um impedimento para o desenvolvimento do potencial anticapitalista e a recomposição da solidariedade de classe. É correto assinalar que se produziram grandes mudanças na classe operária tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo, mas a análise de Chico de Oliveira, ainda que demonstre parte desta metamorfose, não dá conta da relação de unidade diferenciada no interior da classe trabalhadora.

Por último adicionaremos uma seção que resgata alguns exemplos de atuação e organização dos pobres urbanos e aspectos da atualidade programática das propostas marxistas.

1. Um mundo urbanizado

Começemos indicando que, pela primeira vez, a população urbana será mais numerosa do que a rural:

[...] Em 1950, havia 86 cidades no mundo com mais de 1 milhão de habitantes; hoje são 400, e em 2015 serão pelo menos 550 [...] A força de trabalho urbana do mundo mais que dobrou desde 1980, e a população urbana atual de 3.200 milhões de pessoas é maior do que a população total do mundo quando John Kennedy tomou posse. Enquanto isso, o campo, no mundo todo, chegou à sua população máxima e começara a encolher a partir de 2020. Em consequência, as cidades serão responsáveis por quase todo o crescimento populacional o mundo, cujo pico, de cerca de 10 bilhões de habitantes, espera-se que aconteça em 2050. [...]

⁹ Ricardo Antunes, *A centralidade do trabalho hoje*.

¹⁰ Francisco de Oliveira, *Lula no labirinto*.

A população urbana conjunta de China, Índia e Brasil já é quase igual à da Europa e da América do Norte. A China que se urbaniza “numa velocidade sem precedentes na história humana”, somou mais moradores urbanos na década de 1980 do que a Europa inteira (incluindo a Rússia) em todo o século XIX¹¹.

Ou também:

Todo dia 200.000 pessoas deixam o campo e vão para as cidades. É como se um município do tamanho de São Carlos (SP) fosse criado diariamente no mundo. No fim do mês, o resultado desse movimento cria uma cidade do porte do Rio de Janeiro ou de Santiago com 6 milhões de habitantes¹².

No Brasil, em 2010, aproximadamente 172 milhões vão morar na zona urbana, quase 31 milhões a mais que em 2000; 26 milhões irão viver na zona rural em 2010, cerca de 2 milhões menos que em 2000; e 20 cidades terão mais de 10 milhões de habitantes em 2010, quatro a mais que em 2000.

Três décadas de urbanização acelerada¹³ ocasionaram transformações estruturais econômicas e políticas dos espaços públicos e modos de vida característicos da sociedade do pós-guerra.

Durante as primeiras décadas do século XX, na América-Latina, o crescimento urbano foi lento e gradual, a maioria dos pobres urbanos vivam em cortiços próximos ou nos próprios centros. No caso da cidade de São Paulo no que se refere à distribuição espacial das classes sociais, a segregação da população trabalhadora de baixa renda em determinadas áreas da cidade, refletiam as condições engendradas pelo processo produtivo fabril: havia uma discriminação das áreas habitadas por operários em relação a localização dos serviços e da infraestrutura urbana; essas áreas, geralmente próximas aos rios, as condições de transporte e serviço eram pobres.

Por outro lado, a relativa proximidade espacial entre as moradias da classe trabalhadora, nos casos de cortiços e vilas, com as grandes casas dos industriais ou antigos “barões do café”, se justificava pela impossibilidade de manter a mão de obra em regiões distantes pela inexistência de meios de transporte e em geral as famílias dos trabalhadores viviam nas proximidades das fábricas. Durante este período a característica fundamental é a estruturação espacial associada a conformação social que a cidade vai adquirindo: se formam bairros operários e bairros da alta burguesia¹⁴. A partir da década de 1950 a orientação

¹¹ Mike Davis, *Planeta Favela*, pag. 13 e 14.

¹² Fonte *Jornal Folha de São Paulo*, pag. A14, 6/10/09.

¹³ Desde os anos 40 a população urbana cresceu significativamente. Em 1940 12,8 milhões de pessoas viviam no meio urbano; em 1980 mais de 70 milhões. Já em 2000, no Brasil, segundo o IBGE, o percentual de população urbana elevou-se para 81,2, bem próximo dos percentuais encontrados em países desenvolvidos: 137,6 milhões de pessoas viviam em áreas urbanas no Brasil em 2000. As três capitais mais populosas do Brasil são: São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Em 2000, essas cidades concentravam 46,3% da população total residente nos municípios das capitais brasileiras.

¹⁴ No caso do bairro operário do Brás é ilustrativa a segregação dos cortiços em São Paulo desde o tempo da imigração estrangeira e nordestina. No início do século XX este bairro se situava nas ladeiras dos rios Tamanduateí e

desenvolvimentista das burguesias autóctones, centrada na substituição de importações, favoreceu certa semi-industrialização e uma maior demanda de mão-de-obra, estimulando a formação de bairros operários e o crescimento acelerado das *favelas* (a partir da invasão de terras ociosas nos arredores), produto da migração rural.

A fisionomia das cidades falava não somente dos novos contingentes, mas também das condições de degradação que acarreta o arrocho salarial, elemento central do modelo de acumulação da época, que se estendeu por várias décadas. Estes subúrbios urbanos alcançaram num escasso tempo um alto desenvolvimento, obrigando os governos a tentar conter a contínua e crescente *favelização* e os assentamentos informais, ao mesmo tempo em que torná-los compatíveis com a necessidade de mão-de-obra barata que requeria a indústria e o investimento estrangeiro:

[...] A partir dos anos 1960, o poder público passou a intervir decisivamente na organização do espaço brasileiro. O projeto desenvolvimentista tinha como objetivos, além da integração nacional, a modernização do território e o desenvolvimento da economia capitalista. Portanto, era necessário expandir a indústria e construir uma sociedade de consumo predominantemente urbana. Esse processo provocou certa dispersão das cidades.

[...] Um aspecto da questão urbana pode ser remetido a essa proposta de construir um Brasil urbano. Além da implantação de hidrelétricas, portos, aeroportos, dutos e canais e de grandes projetos industriais, apoiados em financiamento externo, a expansão da rede de energia, de estradas e de comunicações foi um meio de eliminar barreiras à circulação do capital, que teve, então, um expoente na indústria automobilística.¹⁵

Para Ângelo Tiago de Miranda¹⁶:

É importante salientar que os processos de industrialização e de urbanização brasileiros estão intimamente ligados, pois as unidades fabris eram instaladas em locais onde houvesse infra-estrutura, oferta de mão-de-obra e mercado consumidor. No momento que os investimentos no setor agrícola, especialmente no setor cafeeiro, deixavam de ser rentáveis, além das dificuldades de importação ocasionadas pela Primeira Guerra Mundial e pela Segunda, passou-se a empregar mais investimentos no setor industrial.

O início do processo de modernização agrícola, intensificado a meios dos anos 1960, provocou uma forte concentração de terra, que aliada ao esgotamento das fronteiras agrícolas conduziu ao êxodo migratório, expulsando um enorme

considerados insalubres, além disso, ali estava instalada uma rede ferroviária e uma hospedagem dos imigrantes (em 1920 a classe trabalhadora era predominantemente imigrantes) dos 580.000 habitantes de São Paulo, 2/3 eram estrangeiros. Esta combinação a transformou num pólo de atração de força de trabalho, instalando-se industriais na zona e moradias para trabalhadores ao seu redor.

¹⁵ Davidovich, Fany. A questão urbana. In: IBGE. Atlas nacional do Brasil 2000, p. 147.

¹⁶ Especial para a página 3 Pedagogia & Comunicação. *Consequências e características das cidades*.

contingente da população do campo para a cidade: cerca de 30 milhões de pessoas deixaram a área rural em busca de áreas urbanas entre 1960 e 1980. O dinamismo deste processo se expressou na multiplicação do número de cidades no país: entre 1950 e 1980 se passou de 1889 cidades para 3991. Como apontam alguns autores, neste período o processo de urbanização brasileiro esteve condicionado por três vertentes: o progressivo esvaziamento do campo e crescimento urbano, os deslocamentos populacionais com destino às fronteiras agrícolas e o contínuo e intenso fenômeno de metropolização.

Uma característica das décadas seguintes seria o aumento dos estados "expulsores" de população e a diminuição dos "receptores", dando como resultado um incremento populacional crescente para o Estado de São Paulo e junto a ele, o fenômeno de metropolização do Estado que teve como componentes mais importantes a descentralização das atividades industriais e a busca de condições mais acessíveis de moradia por parte da população de baixos salários. No que refere à constituição de uma grande área de pobreza em quase toda a extensão da região metropolitana paulista, o segundo fator constituiu-se no preponderante. Na realidade, a periferação, ou seja, a ocupação de áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos, onde se concentra pobreza e demandas sociais não é um fenômeno unicamente paulista, mas uma das características mais marcantes da metropolização em todas as regiões brasileiras.

Segundo a OIT a pobreza urbana na América Latina cresceu 50% somente na primeira metade da década de 1980 até 1986. Caiu a renda média da população latino-americana, se duplicou o emprego informal, enquanto que os gastos sociais se reduziram à metade do nível de 1980. A reestruturação produtiva iniciada nos 1990 agravou a desigualdade¹⁷ e dessincronização ao ritmo de desenvolvimento urbano e rural, característica estrutural dos processos de constituição das cidades submetidas ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

Conglomerados urbanos

Durante os últimos 50 anos o processo de urbanização crescente se caracterizou, também, pela explosão de conglomerados urbanos e megacidades¹⁸:

É claro que o fenômeno mais comemorado é o florescimento de novas megacidades com mais de 8 milhões de habitantes e, ainda mais

¹⁷ O Brasil é um dos países do mundo que mantém e acrescenta a desigualdade social: dos 177 países pesquisados pela ONU, o Brasil é o 10º pior em distribuição de renda no mundo. Ainda que o país possua aproximadamente 60 milhões de famílias, 45% de toda a renda e das riquezas nacionais, são apropriadas por 5 mil famílias (Pochmann 2007). Se comparamos com os outros países do BRIC (chamados assim pelas iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China) no Brasil a renda dos 20% mais ricos é quase 22 vezes maior que a renda dos 20% mais pobres. Na China é apenas 12,2 vezes maior, na Rússia é 7,6 e na Índia é 5,6 vezes. 10% dos brasileiros mais ricos tem uma renda 51,3% maior que os 10% mais pobres. A renda dos ricos cresceu 3 vezes mais que a dos pobres entre 2001 e 2004.

¹⁸ As megalópolis são definidas pela ONU como aquelas cidades com mais de 10 milhões de habitantes, em seus limites geográficos formais.

espetaculares hipercidades com mais de 20 milhões de habitantes – população urbana mundial estimada na época da revolução francesa.¹⁹

É previsto ainda que, nas próximas décadas, serão as cidades do Terceiro Mundo que vão encabeçar esta tendência. São Paulo, em 2007, já se localizava como quinta no ranking das maiores cidades do mundo em quantidade de habitantes, com aproximadamente 19 milhões:

As cidades que explodem no mundo em desenvolvimento também constroem novos e extraordinários corredores, redes e hierarquias. Nas Américas, os geógrafos já mencionam um leviatã conhecido como a Região Metropolitana Ampliada Rio - São Paulo (RMARSP), que inclui as cidades de tamanho médio no eixo viário de 500 quilômetros entre as duas maiores metrópoles brasileiras, assim como a importante área industrial dominada por Campinas; com uma população atual de 37 milhões de habitantes, essa megalópole embrionária já é maior que Tóquio-Yokohama. Do mesmo modo, a ameoba gigante da Cidade do México, que já fagocitou Toluca, estende pseudópodes [ou seja, “patas de ameoba”] que acabarão incorporando boa parte do centro do México, inclusive as cidades de Cuernavaca, Puebla, Cuautla, Pachuca e Queretaro, em uma única megalópole, com população, em meados do século XXI, de aproximadamente 50 milhões de pessoas – cerca de 40% do total nacional.²⁰

No Brasil, existem 37 grandes conglomerados urbanos, onde residem aproximadamente 45% da população (76 milhões de pessoas) e concentram 61% da renda nacional. Entre os 37 grandes aglomerados, há 15 metrópoles: Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Vitória, Belo Horizonte, Brasília, Goiânia, Maringá, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre²¹, que se caracterizam não somente pela concentração populacional, mas pelo poder de atração econômica, pelo volume total de operações bancárias e financeiras, pela concentração de forças produtivas nacionais, centralizando 62% da capacidade tecnológica do país (medida pelo número de patentes, artigos científicos, população com nível médio de alfabetização).

Como apontamos, estes conglomerados surgiram com ausência de qualquer processo de planificação, arrastando deficiências de infraestrutura e enormes carências. O sistema de transporte público urbano e suburbano é precário: enquanto os ricos podem locomover-se utilizando a segunda maior frota particular de helicópteros do mundo, com cerca de 500 unidades, os trabalhadores enfrentam as consequências deste sistema de transporte público. Por este motivo, nas regiões centrais das quinze metrópoles, se concentram quase 3/4 das moradias precárias que constituem as favelas e bairros pobres. Em São Paulo, por exemplo, as favelas apresentam maior precariedade em relação ao tipo de terreno ocupado e maior distanciamento das áreas centrais: aproximadamente 50% estão localizadas ao lado de córregos, mais de 33% em

¹⁹ Mike Davis, *Planeta Favela*, pag. 14 e 16.

²⁰ Mike Davis, *Planeta Favela*, pag. 14 e 16.

²¹ Fonte IBGE. Elaboração Observatório das Metrópolis 2008.

terrenos inundados, 30% foram construídas em terrenos com declive acentuado e 25% em terrenos sujeito à erosão. Em São Paulo a localização das favelas se dá nos arredores do núcleo econômico e social da metrópole, nas áreas que permitem seu acesso, em compensação os cortiços funcionam pela proximidade com as áreas centrais como moradias compensatórias. Enquanto que no Rio de Janeiro, o modelo urbano se caracteriza pela proximidade de parte das favelas com os bairros que concentram os segmentos mais altos da estrutura social.

Transformações no campo

O mundo rural brasileiro, transformado pela modernização agrícola não é o mesmo que o do período da colonização. Entretanto, por trás desta aparência, a estrutura agrária concentrada – 15 mil proprietários detêm 98 milhões de hectares, e 1% deles controla 46% das terras cultiváveis; conserva sua hegemonia como latifúndio exportador e mantém a utilização da força de trabalho superexplorada, levantando novos obstáculos para o acesso a terra para cinco milhões de camponeses pobres e diversas formas de exploração e expropriação camponesa.

Consolidou-se a perda do direito ao uso tradicional sobre parcelas de terra usadas por um setor dos camponeses como sustento da agricultura de subsistência; se acelerou a expulsão da mão de obra excedente até as *favelas* urbanas, inchando as cidades médias e grandes com novas massas de pobres. Ao seu lado, o crescimento da exportação das novas *commodities* e o boom da agroindústria trouxe a mecanização da atividade agrícola, transformando as relações de produção tradicionais no campo: aumentando o número de assalariados rurais e absorvendo um setor de camponeses como provedor de mão de obra em estruturas de produção familiar²², acrescentando a pobreza rural em seu conjunto.

Uma das principais transformações da produção rural brasileira foi juntamente com a tecnificação e assalarização impulsionada pelo *agrobusiness*, a incorporação massiva da agricultura familiar²³ na exploração a grande escala do campo:

O Censo Agropecuário 2009 traz uma novidade: pela primeira vez, a agricultura familiar brasileira.

²² O número de pessoas ocupadas na agricultura: 12,3 milhões de trabalhadores no campo estão em estabelecimentos da agricultura familiar (74,4% do total de ocupados no campo). Ou seja, de cada dez ocupados no campo, sete estão nesta atividade que emprega 15,3 pessoas por 100 hectares. Dois terços do total de ocupados no campo são homens. Mas o número de mulheres é bastante expressivo: 4,1 milhões de trabalhadoras no campo estão na agricultura familiar. As mulheres também são responsáveis pela direção de cerca de 600 mil estabelecimentos de agricultura familiar. (IBGE 2009).

²³ Os critérios que definem o que é agricultura familiar foram determinados pela Lei nº 11.326 aprovada em 2006. Pela nova lei, são agricultores/agricultoras familiares aqueles cuja propriedade rural tem até quatro módulos fiscais (medida de área que varia conforme o município); utilizam predominantemente mão-de-obra da própria família, inclusive para dirigir o empreendimento; e possuem renda familiar originada basicamente nas atividades do próprio estabelecimento. Estão incluídos, além de produtores rurais, silvicultores, aqüicultores, extrativistas e pescadores artesanais que atuam em pequena escala. Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O setor emprega quase 75% da mão-de-obra no campo e é responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo 70% do feijão, 87% da mandioca, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo consumidos no país.

Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar que representam 84,4% do total, (5.175.489 estabelecimentos), mas ocupam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.²⁴

Avanço da soja, produtores rurais semi-analfabetos, 1 milhão de menores de 14 anos trabalhando, agricultura familiar responsável pela segurança alimentar do País, diminuição de área destinada à agropecuária²⁵.

A agricultura familiar também vem registrando o maior aumento de produtividade no campo nos últimos anos. Esses resultados positivos foram alcançados mesmo tendo a agricultura familiar um histórico de baixa cobertura de crédito rural. Do total da dívida de R\$ 75 bilhões, apenas 3 bilhões são dos pequenos produtores, a diferença corresponde aos grandes proprietários que constantemente renegociam os acordos.

Podemos dizer que as conquistas da agricultura familiar²⁶ sem acesso a financiamento para modernizar sua produção e em base a um aumento da produtividade e ao emprego de mão-de-obra de mais de 1 milhão de menores de 14 anos, aumentou os níveis de exploração dos camponeses, expressando também no âmbito rural, *a polarização entre o pólo da riqueza cada mais concentrada e o da pobreza cada vez mais estendida e aprofundada.*

Apesar da diminuição do campesinato comparado com o aumento relativo de assalariados, a questão agrária não reduziu sua importância enquanto ao papel na produção nacional, nem tampouco no sentido político estratégico. Como assinala Trotsky, *uma agricultura bem administrada constitui a mais estável das riquezas, a que ajuda a manter alto o valor da moeda*²⁷ e, na atualidade, em condições de cobrir as necessidades alimentícias de toda a população. A aliança com os camponeses, em primeiro lugar os cinco milhões de assalariados rurais, é indispensável para levar adiante a luta contra o latifúndio e expropriar a indústria capitalista no campo e liberar os camponeses.

2. “Pobres urbanos”

Pobres urbanos, pobretariado, piqueteiros, movimentos sociais, foram apostas ou inovações conceituais para interpretar possíveis sujeitos de mudança social e formas sociais e políticas alternativas de convivência ou enfrentamento com o

²⁴ Pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

²⁵ *Carta Capital*, 7 de outubro de 2009.

²⁶ Dentro da agricultura familiar se agrupam desde subsistência às modernas fazendas integradas à agro-indústria e dela dependente, como é o caso da produção de suínos.

²⁷ Escritos Latinoamericanos, La cuestión agrária en Bolívia. CEIP, Argentina, pag. 362.

capitalismo. Em alguns casos, o papel dado por diferentes autores aos pobres urbanos está relacionado com o peso quantitativo que tem significado a pauperização de grandes setores da população trabalhadora, concentrada em bairros *favelados* ou espaços públicos ocupados; em outros, está relacionado com a identidade coletiva de códigos, práticas culturais, condições de vida compartilhadas que impregnam o conjunto das relações sociais que estabelecem entre si, das quais sua identidade de assalariados constitui somente um agregado do conjunto de possíveis pluralidades identitárias. Em algum caso se fala de exclusão, superando as definições de pobreza reduzidas ao estritamente monetário, e se começa a identificá-la como sinônimo de marginalidade, quem tem levado a visualizá-los como se estivessem *fora* ou *nas bordas* quando na realidade constituem um estrato da sociedade.

Para nós a definição é outra. Entre as transformações do capitalismo do século XXI há uma massa de trabalhadores *mais expressiva* que a sobre população operária relativa descrita por Marx, ainda que conserve aspectos comuns, que vive na periferia e nas grandes cidades que entra no circuito produtivo ocasionalmente, ou em condições de precarização de distintos tipos. Este grande contingente de assalariados, que vive de seu trabalho se define assim mesmo como *favelado* ou *pobre*. Entretanto, não partimos de considerações subjetivas (território, códigos, práticas comuns, etc.), mas sim do lugar que ocupam na produção, ou seja, em termos de classes sociais, sobre as bases econômicas da sociedade capitalista. Se for correta nossa análise, que aponta a um setor de pobres urbanos como estratos de classes, então, em uma *favela* não temos que esperar *tous ensemble*, que seja um único sujeito num processo revolucionário, mas que este contingente se divida e entre em choque.

O crescimento exponencial da pobreza tem deixado algumas cidades ou alguns países em situação de inviabilidade e decadência. Em nosso continente essa realidade parece aproximar-se da situação do Haiti, onde 80% de sua população está abaixo do limite da pobreza, o que leva a uma forte decomposição da classe operária. Vale perguntar-se, nas palavras de Hegel²⁸, se a pauperização dos novos pobres urbanos de conjunto, *tem chegado já por debaixo do limite de subsistência, se constituem já uma nova plebe que perdeu o sentido do direito, da legitimidade e da honra de existir por sua própria atividade ou por seu próprio trabalho.*

No caso brasileiro, além do peso social e numérico dos assalariados no país, não consideramos que o nível de pauperização²⁹, que cruza uma ampla parcela deste setor majoritariamente *favelados*, os tenha transformado de conjunto numa massa amorfa sem marcos elementares de identidade social. O Brasil se urbanizou aceleradamente, aumentando as fileiras dos assalariados urbanos e rurais que o localizam como o país latino-americano de maior composição

²⁸ Hegel, Principios de la Filosofía del Derecho.

²⁹ Na teoria burguesa, a pobreza absoluta se refere às condições mínimas de sobrevivência; a pobreza relativa se baseia na confrontação com a realidade da sociedade em que o homem vive. A pobreza absoluta é definível em termos quase idênticos em qualquer lugar do mundo; a pobreza relativa é diferente de lugar para lugar, devido à maneira de viver num determinado lugar. Por exemplo, na Itália, é pobre quem dispõe de uma renda inferior à metade da renda nacional (quantia que em países do Terceiro Mundo pode ser até um sinal de riqueza).

operária³⁰. De seus 191.000.000 habitantes (IBGE-2009) 81% pertence à população urbana e somente 19% é rural³¹. No Brasil, segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), há uma população total ocupada de 90.000.000 dos quais 76.000.000 são urbanas e o resto rural. Como citamos na Revista Estratégia Internacional Brasil Nº1,

[...] um proletariado poderoso, distribuído numa produção econômica diversificada e relativamente desenvolvida, concentrado em grandes centros urbanos, e com um setor operário industrial considerável em diversos ramos como os metalúrgicos, petroleiros, químicos etc., e que conformam grandes parques industriais em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. Essa é uma realidade que nem a voracidade da ofensiva neoliberal transformou essencialmente e que faz da classe operária no Brasil uma potência que impõe seu peso objetivamente³².

Se considerarmos o processo produtivo de conjunto, como trabalho socialmente necessário, as modalidades impostas pelo neoliberalismo não negam a lei do valor. A nova modalidade dos anos 1990 combina em um extremo trabalho qualificado e no outro, precarização. Trata-se de uma combinação que permite desde o ponto de vista da relação *capital – trabalho* manter a divisão das filas operárias, combinando a extração de mais-valia relativa, sem necessariamente eliminar a absoluta como dois aspectos inseparáveis. Ainda considerando todas as transformações e avanços tecnológicos da chamada *terceira revolução industrial*, a valorização do capital depende da exploração do trabalho assalariado que, ainda apresentando-se sob distintas condições: trabalhador qualificado, imaterial, precarizado, terceirizado, etc. determinam a relação econômico-social fundamental no capitalismo.

Fragmentação da classe operária

Trotsky se pergunta sobre as fronteiras da classe operária:

[...] a quem devemos contar entre o proletariado: Devemos incluir no cálculo as amplas camadas de semiproletários e semicamponeses? Devemos contabilizar o exército de reserva dos proletários urbanos quem, por um lado amalgamam com o proletariado parasita de mendigos e ladrões, e por outro, ocupam as ruas das cidades em qualidade de comerciantes varejistas, desempenando, pois, um papel parasita em relação à economia total? Esta questão não é nada simples.³³

³⁰ Responsável por 40% da População Economicamente Ativa (PEA) urbana da América Latina e do Caribe. *Agencia Brasil*, 28 de Janeiro de 2008

³¹ São Paulo permanece como a cidade mais populosa do Brasil, com 10,9 milhões de habitantes, sem incluir a população das 39 cidades que integram a sua região metropolitana. Entre as cidades da região metropolitana de São Paulo destacam-se Guarulhos (1,3 milhões de habitantes), São Bernardo do Campo (801.580), Osasco (713.066) e Santo André (671.696).

Depois de São Paulo, aparecem as capitais do Rio de Janeiro (6,1 milhões), Salvador (2,9 milhões), Brasília (2,6 milhões), Fortaleza (2,5 milhões), Belo Horizonte (2,4 milhões) e Curitiba (1,8 milhões). (IBGE, 2009).

³² Debate com Chico de Olivera, Edison e Ronaldo.

³³ Leon Trotsky, Resultados y perspectivas, en La teoría de la revolución permanente, CEIP, Argentina.

Parece-nos pertinente, metodologicamente, voltar às categorias clássicas de Marx para tentar analisar a atual configuração da classe operária e evitar uma comparação com a do período pós-guerra e do fordismo, que para nós constituiu uma excepcionalidade³⁴.

O conceito de classe do marxismo clássico começa definindo-a por sua posição nas relações de produção. Cada sociedade pode ser reduzida a uma oposição de classe, no capitalismo suas duas classes antagônicas: a burguesia que possui os meios de produção e o proletariado, que pra além de suas transformações, é a classe que se vê obrigada a vender sua força de trabalho em troca de um salário e não tem possibilidade de acumulação. Como colocam Marx e Engels nos *Princípios do Comunismo*, *a classe dos completamente despossuídos, dos que em virtude disso se vêm forçados a vender seu trabalho aos burgueses, a fim de receber em troca os meios de subsistência necessários para viver. Esta classe se denomina a classe dos proletários, ou seja, proletariado.*

Esta é uma primeira definição indispensável e elementar, limitada à esfera da produção, que utilizaremos para graficamente nos aproximarmos do problema. Assim, esquematicamente já que na realidade as fronteiras se entrelaçam e confundem, apresentamos os diversos setores em que se podem dividir os assalariados. Distinguimos nesta primeira categoria geral da classe operária o *proletariado industrial*, *operário rural* e aos *trabalhadores dos serviços* que são os assalariados de distintos ramos da economia.

O ciclo neoliberal se baseou, em termos econômicos, numa liberalização financeira e as transformações operadas neste terreno ampliaram as possibilidades para a ofensiva do capital sobre o trabalho, rompendo todos os compromissos e concessões outorgados no ciclo anterior do pós-guerra. O nível de recuperação da taxa de lucro não se correspondeu com uma acumulação sustentável do capital senão com o aumento do volume e extensão do capital total, o capital variável decaiu. Quer dizer, grande parte deste capital total não foi invertido em criação de valor.

O neoliberalismo impôs uma grande fragmentação: um amplo setor de *trabalhadores contratados*, *terceirizados* e *trabalhadores precarizados* sem direitos trabalhistas e sindicais³⁵ que limitou a capacidade coletiva dos trabalhadores, fortalecendo a ilusão de não pertencer às fileiras operárias – ainda que compartilhem da mesma estrutura de produção com os efetivos – e a individualização das relações trabalhistas. Este setor constitui no Brasil 45% da força de trabalho. Podemos considerar uma segunda categoria, que inclui este enorme setor de trabalhadores precarizados: parciais, temporários, que se

³⁴ Nos referimos ao período excepcional da pós-guerra no qual prevaleceu em termos regulacionistas, um regime intensivo³⁴, centrado no crescimento do consumo de massas incentivado pelos aumentos salariais que acompanhavam os aumentos do lucro e da produtividade. Isto provocou uma grande mudança no modo de vida dos assalariados, maior colaboração e integração a própria acumulação capitalista no domínio da produção propriamente dita, nos hábitos e padrões até o consumo.

³⁵ Precarização não só referente às condições de trabalho mas também identificado com o aumento do trabalho por tempo determinado, sem salário fixo nem regularidade. Nas condições da crise atual tem sido os primeiros setores atacados.

encontram numa fronteira incerta entre o empregado, o efetivo e o desempregado, sem garantias nem direitos sociais, como um *sub-proletariado* ou *semi-proletariado*.

Por último, além destes setores, temos que assinalar um novo grupo, mais instável, o *trabalhador informal*. Como comenta Mike Davis "de certo modo, 'trabalhador informal' é simplesmente um eufemismo do Primeiro Mundo para o desemprego no Terceiro Mundo". Algumas estatísticas estatais consideram informal os assalariados sem registro que são contratados de forma ilegal e não têm acesso às garantias sociais; os trabalhadores por conta própria e os trabalhos informais tradicionais: costureiras, vendedores ambulantes (camelôs), domésticas de baixa produtividade. Estudos do IPEA mostram que desde os anos 1990, com oscilações pequenas, metade da mão de obra brasileira está na informalidade.

Mas a classe operária, para ser considerada em sua totalidade, tem que incluir o que Marx chamava de exército industrial de reserva ou, o que é o mesmo que a *sobre população relativa*.

O exército industrial de reserva forma uma parte componente indispensável do mecanismo social do capitalismo, tanto como a reserva de máquinas e de matérias primas nas fábricas ou de produtos manufaturados nas despensas.

Da tendência geral da evolução capitalista - o aumento do capital constante (máquinas e matérias primas) a expensas do capital variável (força de trabalho) - Marx saca esta conclusão: "Quanto maior é a massa de sobre população consolidada... tanto maior é o pauperismo oficial. Esta é a lei geral absoluta da acumulação capitalista."³⁶

Esta relação se explica pela composição orgânica do capital e a busca de aumento da produtividade no capitalismo. Segundo Marx:

Como a demanda de trabalho não depende do volume de capital total, mas simplesmente do capital variável, diminui progressivamente à medida que aumenta o capital total, em vez de crescer em proporção à este, como antes supúnhamos.

Portanto, ainda que haja "mais trabalho", "mais produção" no sentido geral, há menor necessidade de trabalhadores. Os capitalistas não podem prescindir do trabalho, mas sim da força de trabalho, obviamente não até o ponto de prescindir em forma absoluta. A existência de um setor da classe operária condenada à ociosidade forçada pelo excesso de trabalho imposto à outra parte se converte em fonte de riqueza do capitalista individual e acelera ao mesmo tempo a formação do exército industrial de reserva numa escala proporcionado aos progressos da acumulação social. Como veremos depois, as divisões que fala Marx em *O Capital* e a vinculação entre a acumulação do capital e a tendência

³⁶ Leon Trotsky, *O Pensamento Vivo de Karl Marx*.

decrecente relativa da classe operária empregada (numa proporção constantemente decrescente) nas últimas décadas, exacerbaram estas tendências pela dificuldade do capital de valorizar-se. Resgatamos alguns trechos de *O Capital* que apontam estes aspectos:

O regime especificamente capitalista de produção, o desenvolvimento a ele inerente da força produtiva do trabalho, e as mudanças que este desenvolvimento determina, enquanto a composição orgânica do capital, não somente avançam a medida que progride a acumulação ou cresce a riqueza social, senão que *avançam com rapidez incomparavelmente maior*, pois a simples acumulação ou o aumento absoluto do capital global da sociedade vai acompanhado pela centralização de seus elementos individuais, e a transformação técnica do capital adicional pela transformação técnica do capital primitivo. Assim, pois, ao progredir a acumulação, muda a proporção entre o capital constante e o variável, se originariamente era de 1:1, agora se converte em 2:1, 3:1, 4:1, 5:1, 7:1, etc., por onde, como o capital cresce, em vez de converter-se em força de trabalho $\frac{1}{2}$ de seu valor total, somente se vai convertendo progressivamente $\frac{1}{3}$, $\frac{1}{4}$, $\frac{1}{6}$, $\frac{1}{8}$, etc., convertendo-se ao invés $\frac{2}{3}$, $\frac{3}{4}$, $\frac{4}{5}$, $\frac{5}{6}$, $\frac{7}{8}$, etc., em meios de produção. E como a *demanda de trabalho* não depende do volume do capital total, senão simplesmente do capital variável, *diminui progressivamente a medida que aumenta o capital total*, em vez de crescer em proporção a este, como antes supúnhamos. Decresce em proporção à magnitude do capital total cresce também o capital variável, e, portanto a força de trabalho absorvida por ele, mas numa *proporção* constantemente *decrecente*. [...] Este descenso relativo do capital variável, descenso acelerado com o incremento do capital total, e que avança com maior rapidez que este, se rebela, de outra parte, invertendo-se os termos, como um *crescimento absoluto constante da população operária, mais rápido que o do capital variável ou o dos meios de trabalho que este subministra*. Mas este crescimento não é constante, senão *relativo: a acumulação capitalista* produz constantemente, em proporção a sua intensidade e a sua extensão uma *população operária excessiva* para as necessidades médias de exploração do capital, ou seja, uma população *remanente e sobranete* (pág. 533). [...] À produção capitalista não lhe basta, nem muito menos, a quantidade de força de trabalho disponível que fornece o crescimento natural da população. Necessita para poder desenvolver-se livremente, um exército industrial de reserva, *livre desta barreira natural* (pág. 537).

Superpopulação relativa

A *superpopulação relativa* segundo aponta Marx no Livro 1 Seção III, ponto 4, reveste três formas constantes: *flutuante, latente e intermitente*.

Flutuante: Nos centros da indústria moderna, a produção rapidamente repele como volta a atrair contingentes operária em grande quantidade, por onde o número de operários ativos aumenta em termos gerais, ainda que sempre em proporção decrescente à escala de produção.

Uma grande parte da classe operária se enquadra nesta categoria: um setor dos efetivos mais qualificados e que ronda entre os 20 e 25 anos; trabalhadores terceirizados que trabalham para outras empresas cumprindo serviços dentro de uma cadeia de produção.

Latente: Uma parte da população rural se encontra constantemente posicionada a ver-se absorvida pelo proletariado urbano ou manufatureiro (indústria não agrícola) e à espreita de circunstância propícias para esta transformação. Como vemos esta fonte de superpopulação relativa flutua constantemente. Mas, seu fluxo constante até as cidades pressupõe a existência no próprio campo de uma superpopulação latente, constante, cujo volume só se coloca de manifesto quando por exceção se abrem de par em par as comporta de desaguamento. Tudo isto faz com que o operário agrícola se veja constantemente reduzido ao salário mínimo e viva sempre com um pé no pântano do pauperismo.

Por exemplo, no Brasil o setor açucareiro e do álcool tem uma camada fixa de trabalhadores qualificados nas usinas, na metalurgia que produzem as máquinas e equipamentos para estas indústrias, que mantém entre a superpopulação latente uma grande massa de extração de mais-valia. É o caso do trabalho por safra. No Brasil há duas safras de cana por ano que é a matéria prima fundamental para o açúcar e o álcool. Essas empresas não mantêm uma faixa fixa de trabalhadores para o cultivo e a colheita; para estas tarefas recorre a uma população latente, principalmente para a colheita (dois ou três meses e volta às cidades ou se mantém na periferia das usinas como pobres em busca de trabalho informais), não faz parte do proletariado da indústria no sentido mais formal, mas sim como assalariado à *espreita de circunstâncias propícias para esta transformação*.

Intermitente: É a terceira categoria da superpopulação relativa, faz parte do exército operário ativo, mas com uma base de trabalho muito irregular. Esta categoria brinda ao capital um receptáculo de força de trabalho disponível. Seu nível de vida descende por debaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e isso é precisamente o que a converte em instrumento dócil de exploração do capital. Suas características são: Máxima jornada de trabalho e salário mínimo, e o trabalho domiciliário é sua manifestação fundamental.

Nesta categoria entram setores da juventude trabalhadora que, por exemplo, são contratados nos programas de *primeiro emprego* do governo ou o do *jovem cidadão* em áreas de serviços (metrôviários). Inclui também a setores que realizam trabalho domiciliar ou de atendimento para empresas, incorporando a trabalhadores adultos. A feminização do trabalho ofereceu ao capital com uma *força de trabalho disponível*, com seus salários degradados, cumprindo, como assinala Marx o outro requisito da população intermitente, se der um *instrumento dócil de exploração do capital*.

Pauperismo: Os últimos despojos da superpopulação relativa são finalmente, os que se refugiam na órbita do *pauperismo*. Deixando de um lado os vagabundos, os criminosos, as prostitutas, numa palavra o *proletariado andrajoso* (lumpen proletariado) no sentido estrito, esta camada social está formada por três categorias. Primeiro, as *pessoas capacitadas para o trabalho*, que aumenta com todas as crises e diminui enquanto os

negócios se reanimam. Segundo, órfãos e filhos de pobres, candidatos ao exército industrial de reserva e nas épocas de ativada são alistados rapidamente nos quadros do exército operário ativo. Terceiro, os degradados despojos e incapazes para o trabalho. O pauperismo é o asilo dos inválidos do exército operário ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua existência vai implícita na existência da superpopulação relativa, sua necessidade em sua necessidade, e com ela constitui uma das condições de vida da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza.

No Brasil, o pauperismo – na primeira categoria de Marx de: *peessoas capacitadas para o trabalho* – se expressou num primeiro momento e com força, nos *moradores de rua* muitos dos quais, segundo as pesquisas dos anos 1990, provinham de famílias inteiras que haviam pertencido a ramos industriais como a metalúrgica e de alta qualificação.

O sentido do *exército industrial de reserva* não contempla toda a atual estratificação social, que tem arrojado a um setor dos assalariados a o desemprego crônico. Para nós mantém atualidade a definição de Trotsky que se referindo aos setores sociais que não participam de nenhuma maneira do circuito produtivo, “os desempregados crônicos”, os considera como uma *subclasse* já que não têm condições de se incorporar ao mercado de trabalho:

Esta tese - unida indissolavelmente com a “teoria da miséria crescente” e denunciada durante muitos anos como “exagerada”, “tendenciosa” e “demagógica” - se converteu agora na imagem teórica irreprochável das coisas tais como são. O atual exército de desempregados já não pode ser considerado como um “exército de reserva”, pois sua massa fundamental não pode ter já esperança alguma de voltar a ocupar-se; pelo contrário, está destinada a ser engrossada com uma afluência constante de desempregados adicionais. A desintegração do capital trouxe consigo toda uma geração de jovens que nunca tiveram um emprego e que não tem esperança alguma de consegui-lo. Esta nova subclasse entre o proletariado e o semi-proletariado está obrigada a viver a expensas da sociedade [...] Um regime social afetado por tamanha praga se encontra a beira da morte. O diagnóstico exato dessa doença foi feita há cerca de oitenta anos, quando a doença própria se encontrava em germe.³⁷

Especificidades brasileiras

Outro dado importante a destacar é o fato de que do total da população empregada no Brasil, 48% é composta por afro-descendentes; trata-se do maior percentual entre os países da América Latina e do Caribe. Essas pessoas ocupam predominantemente trabalhos pouco qualificados³⁸ e constituem uma maioria esmagadora dos pobres urbanos. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2007 analisados no estudo *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, divulgada pelo IPEA aponta:

³⁷ Leon Trotsky, El marxismo en nuestra época.

³⁸ Agencia Brasil, 28 de Janeiro de 2008.

[...] no ano passado (2007, NdE) 20% da população branca se enquadrava abaixo da linha da pobreza. Entre os negros, esse percentual era mais do que o dobro: 41,7%. No caso da situação de indigência, enquanto 6,6% dos brancos recebiam menos do que uma quarta parte de um salário mínimo por mês, na população negra esse número chega a 16,9%. Isso significa que existem 20 milhões a mais de negros pobres do que brancos e 9,5 milhões de indigentes negros a mais do que brancos.³⁹

Em relação às condições de trabalho e precarização, a discriminação racial também adotou particularidades. Ricardo Antunes aponta que:

A taxa de desemprego dos negros pobres cresceu menos uma vez que estes tenderam a estar associados em geral às ocupações mais precárias. Enquanto o desemprego dos negros de média e alta renda explodiu provavelmente porque num contexto de escassez de empregos qualificados o preconceito racial atuou como um requisito decisivo na contratação.⁴⁰

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE de setembro de 2009, a remuneração média de trabalhadores brancos foi 90,7% maior que a de pretos e pardos, que reúne dados sobre as seis maiores regiões metropolitanas do País. A participação dos pretos e pardos no setor da construção civil é majoritária (59,9%). Em setembro deste ano, a maior desigualdade foi registrada na região metropolitana de Salvador, onde a remuneração dos brancos era 136% maior que a de pretos e pardos, seguido por Recife (96,5% maior), Rio (96,1%), Belo Horizonte (95,3%), São Paulo (91,5%) e Porto Alegre (51,9%). No conjunto das seis regiões metropolitanas, a taxa de desemprego das mulheres pretas e pardas foi de 11,2%, mais que o dobro da taxa dos homens brancos (5,3%).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2008, quase a metade das crianças e jovens de até 17 anos estava em situação de pobreza ou extrema pobreza. Dentro deste grupo, estão os que vivem nas ruas, segundo informa a Agência Brasil em sua edição de 25 de agosto de 2007, não tem dados de moradores de rua, no país é desconhecido. Os números do Censo Populacional, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não levam em conta essa parcela da população, o que é fato constitui uma discriminação”.

Enquanto à juventude:

[...] o desemprego entre os jovens brasileiros (de 15 a 24 anos) é 2,3 vezes superior à taxa de desemprego total. Em toda região, a desocupação na juventude é 2,2 vezes maior que a média e quase o triplo da dos adultos.⁴¹

³⁹ Agência Brasil, 16 de Dezembro de 2008.

⁴⁰ Ricardo Antunes, *Riqueza y miseria del trabajo en Brasil*, cap. 4, pag. 65.

⁴¹ Agência Brasil, 28 de enero de 2008.

Finalmente, não queremos deixar de assinalar também um dado que mostra a decadência deste sistema social, como é a manutenção do trabalho escravo no Brasil (que inclui o trabalho infantil) que ainda hoje se perpetua:

Salvador e São Paulo

Em 2002, o Ministério do Trabalho libertou 2.306 trabalhadores escravos nas áreas rurais do país. Em 2004, foram libertados 4.932. Em geral, os Estados onde o uso do trabalho análogo à escravidão é mais freqüente são Tocantins, Pará, Rondônia, Maranhão, Mato Grosso e Bahia.

[...] Mas ninguém pense que a escravidão no Brasil de hoje se restringe às regiões rurais. Em 21 de agosto de 2004 o Ministério do Trabalho pegou em flagrante o uso de trabalho escravo numa confecção do Bom Retiro, um bairro na região central da capital paulista. Tratava-se de imigrantes ilegais - paraguaios, bolivianos e peruanos - submetidos a uma jornada de mais de 16 horas de trabalho, em condições degradantes e monitorados pelos donos da empresa por circuitos fechados de TV.⁴²

Rio de Janeiro

Como desenvolvemos anteriormente, Marx apontava como um processo associado e imanente ao aumento da composição orgânica do capital a formação e desenvolvimento de uma crescente sobre-população relativa (ou exército industrial de reserva). A ofensiva neoliberal com seus aspectos de ataque às conquistas anteriores do proletariado significou a atuação de uma contra tendência à lei da queda da taxa de lucro. Esta ofensiva significou alterações importantes na composição interna do proletariado, particularmente no tocante a sua sobre-população relativa levando ao surgimento dos "pobres urbanos".

Na América Latina este fenômeno se deu ao mesmo tempo em que ocorria violenta destruição de postos de trabalho industriais e fechamento de indústrias associadas à substituição de importação e primarização das economias (e também desenvolvimento de um proletariado ultra-explorado de maquiladoras). Este processo não se deu concomitantemente a uma diminuição da urbanização e assim ocorreu uma dissociação entre urbanização e industrialização, formação de proletariado, colocando nas cidades uma parcela maior da sobre-população relativa e uma tensão maior dentro do proletariado por emprego, moradia e sobrevivência. Associado a isto se viu uma explosão da violência urbana e seus distintos níveis de associação ao tráfico de drogas.

O Brasil insere-se neste contexto, particularmente o Rio de Janeiro, profundamente movido pelos anos 90 com o fim das estatais sediadas lá como a RFFSA e Embratel e fechamento de um sem número de indústrias. Emerge deste cenário uma correta percepção do Brasil e particularmente do Rio de Janeiro como um local do *precário* e do *violento*. Queremos pontuar alguns aspectos que visam aprofundar os laços de classe deste *precário* e *violento* contribuindo para

⁴² Antonio Carlos Olivieri. Trabalho compulsório ainda existe no Brasil. Da Página 3 Pedagogia & Comunicação.

uma visão mais aprofundada da diversidade de fenômenos e subjetividades distintas em que se cruzam os pobres urbanos, o papel do Estado na manutenção desta ordem, e a partir disto elementos que contribuam para pensar um programa revolucionário para que o proletariado constitua uma hegemonia capaz de soldar uma sólida aliança com os distintos setores populares que compõe parte do proletariado como exército industrial de reserva e mesmo como semi-proletariado. Estes apontamentos sobre o Rio de Janeiro geram alguns apontamentos para pensar o conjunto do país.

Distintos níveis de proletarização nas favelas

A classe operária é muito diversa internamente, esta diversidade também se expressa particularmente nos moradores de favela. O fenômeno da favelização é relativamente independente das distintas composições de classe. Deste modo é necessário compreender sua diversidade para pensar um programa revolucionário.

É evidente que quando há uma estimativa que mais de 30% dos imóveis da capital fluminense são irregulares, chega-se facilmente a conta que na região metropolitana mais de 40% da população mora em favelas, ou 6,4 milhões de pessoas. Deste modo é também evidente o elevado percentual proletário nas favelas, mas isto é distribuído de modo distinto. Mesmo dentro de categorias que a burguesia cria como "trabalhadores informais" como ambulantes e camelôs é importante ressaltar a diversidade, enquanto muitos camelôs são na realidade proletários de uma sobre-população relativa, ou seja, que vivem em condições inferiores ao proletariado e vendem produtos de outros e recebem um salário, há também os que vendem por si mesmos e são presas dos atacadistas e outros que também oprimidos pelos atacadistas são donos de algum meio de produção como os carrinhos de "podrão", churros etc. Há marcadas diferenças na renda entre estes três setores e por hora não temos condições de oferecer uma aproximação de sua distribuição entre as distintas favelas e bairros.

Como aproximação das distintas composições de classe nas favelas do Rio de Janeiro, criamos uma tipologia de seis tipos de favelas e suas distintas composições proletárias e aproximadamente concomitante diferenças em ações da polícia e subjetividade.

1- Favelas com elevada composição proletária e centrais

No Rio de Janeiro há favelas muito distantes do centro, em cidades periféricas, periféricas na cidade, em vias de grande circulação e outras entrecortando áreas burguesas e de classe média nos morros. As favelas da Zona Sul e algumas centrais e da Zona Norte com proximidade às vias de grande circulação e proximidade ao centro do Rio são caracterizadas por elevada composição proletária. Em favelas relativamente marginais, mas ainda próximas ao centro, como o complexo de Manguinhos, moradores que conversamos estimam que

mais de 50% da população com idade para trabalhar, trabalha e é registrada, e outra parcela relevante trabalha como camelôs e ambulantes.

Estas favelas se caracterizariam como favelas de maioria proletária e com uma parcela significativa de sobre-população flutuante e intermitente. É necessário distinguir entre estas as favelas da Zona Sul como Rocinha, Babilônia, Dona Marta das da Zona Norte e começo do subúrbio como Manguinhos, Alemão, Maré, Mineira e Mangueira e Complexo do Dendê na Ilha do Governador⁴³. Enquanto nas primeiras há um peso expressivo do setor de serviços nas segundas sem sumir este componente há também uma elevada presença de serviços estratégicos e de proletariado industrial, são os estivadores, aeroportuários, terceirizados de ferrovias, eletricidade e água, além de trabalhadores de indústrias químicas e farmacêuticas. Em ambos os casos há também alguma presença de funcionalismo público.

Nestas favelas bem mais urbanizadas e com maior presença do Estado com escolas e postos de saúde há inclusive setores melhor bem-remunerados da classe trabalhadora. Talvez exista alguma diferença quantitativa importante entre a Zona Sul e a Zona Norte nisto, mas é difícil, no momento, precisar isto. De todo modo, mesmo dada esta diferença interna neste *tipo*, suas diferenças frente aos outros é acentuada.

Um elemento marcante destas favelas em relação a outras é uma maior presença de ONGs e uma ação policial marcada pela nova política de ocupação permanente (UPPs), com matizes novamente entre a Zona Sul e as outras. Nas outras deste tipo há promessas de desenvolver UPPs também, mas por hora nelas se concentra a conhecida cara assassina da polícia carioca. Nestas favelas, dos dois pólos internos do tipo, desenvolve-se um importante elemento de associação de moradores, de movimentos contra violência, de cursinhos pré-vestibulares comunitários e há intervenção da esquerda em algumas (ENLACE na Maré, MST na Mangueira, autonomistas na Providência) e funcionam como pólos culturais na cidade sendo delas, aproximadamente, os pólos aglutinadores dos movimentos de Hip-Hop e Funk em suas expressões como movimentos sociais, além de expressão de blocos de carnaval mais ligados à esquerda, que historicamente faziam as baterias nos atos, como por exemplo, o "Se Benze que Dá" da Maré⁴⁴.

Todas estas favelas caracterizam-se também por importante presença do tráfico de drogas, mais lucrativo pela proximidade com o "asfalto" e também temos notícia que o tráfico paga melhor nestas favelas que em outras.

2- Favelas de elevada sobre-população relativa e periféricas

⁴³ Possivelmente Cidade de Deus ainda que na Zona Oeste funcione do mesmo modo, como uma Rocinha da Barra e Jacarepaguá. Os próprios bairros burgueses e de classe média da Barra e Jacarepaguá configuram-se como uma exceção neste esquema que tem alguns elementos geográficos contraditórios.

⁴⁴ O próprio nome do bloco remete a uma importante questão da subjetividade nestas favelas. O nome remete à possibilidade de atrevar-se de um lado da favela a outro, dominado por facções rivais, se diz que fora este bloco, como dificuldades, somente evangélicos tem a liberdade de atravessar de um lado para o outro.

Nas favelas do subúrbio da capital fluminense ou nas próximas aos centros das cidades da Baixada Fluminense e Grande Niterói as características de composição de classe tendem a ter um peso maior de setores precarizados, sem excluir que há importantes elementos proletários registrados. Nelas aparentemente há maior composição de trabalhadores informais, de trabalho doméstico e de maior sobre-população tanto em seus aspectos flutuante como intermitente. Há alguma presença da sobre-população latente, dos expulsos do campo e de seus filhos, mas o setor que mais se caracteriza por este elemento está na periferia da região metropolitana.

Nestas favelas nunca se implementou nem se desenha implementar ocupações permanentes, as ações policiais são caracterizadas pela semelhanças as da Zona Norte e começo do Subúrbio mas sem as promessas de ocupações permanente, com menos escolas, saúde, dificuldades maiores de transporte e presença quase nula de ONGs e níveis menores de associação entre os moradores, com algumas exceções como Vigário Geral⁴⁵. Nestas favelas também há evidente predomínio do tráfico, mas há várias onde o elemento mais atuante são as milícias.

3- Favelas periféricas de elevada composição proletária e de migrantes (sobre-população latente)

Dentro deste tipo concentram-se as favelas recentes da Zona Oeste do Rio. Estas favelas têm a marcada característica de um elevado porcentual de moradores ligados a indústrias, morando próximo a elas e um dinamismo de acolhimento de migrantes nordestinos, mineiros e seus filhos. Este afluxo constante desta sobre-população latente atua para baratear os custos da força de trabalho na região e oferecer "boas" condições a estas indústrias. As favelas de Campo Grande, Santa Cruz, Bangu e Realengo são um exemplo disto. Nestas favelas há tanto ou menos oferta de escolas e saúde, sua própria localização geográfica impõe uma possibilidade de trânsito ainda mais restrita. Nestas favelas predomina a ação das milícias e grupos de extermínio ligados ao Estado sobre o tráfico e também predomina, particularmente na Zona Oeste, uma subjetividade de não se ver como *favelado*, mas como *classe média-baixa*. Estas favelas são muito mais horizontais, muito menos densas e tem algumas semelhanças com favelas e regiões como Parelheiros em SP.

4- Favelas muito periféricas de elevada composição proletária e de migrantes

Algumas favelas, particularmente na Baixada, tem uma composição proletária elevadíssima e também um grande fluxo de migrantes. São favelas como Campos Elíseos onde milhares trabalham na Petrobrás e empresas petroquímicas. Apesar de extremamente inseridas no processo produtivo e de valorização do capital são extremamente periféricas do ponto de vista cultural e social e tem um clima um tanto rural. Isto tem expressões musicais inclusive

⁴⁵ Movimento este aparentemente iniciado após o grande massacre promovido pela polícia nos anos 90 e tendo feito desta favela um foco para mostrar outra política da burguesia. É desta favela a famosa ONG "Afroreggae".

havendo competição de ritmos sertanejos e forró com o funk, pago-funk (funk mais cantado e com influência do samba e pagode) e samba. Nestas favelas há aparente concorrência do tráfico, das milícias e grupos de extermínio. Diferentemente das favelas da Zona Oeste (tipo 3) se vem como *favelados*.

5- Favelas semi-proletárias e de extrema sobre-população relativa

Várias cidades da região metropolitana apresentam um grande crescimento de suas favelas periféricas, há inclusive cidades na região metropolitana que são muito periféricas como Japeri, Queimados e Paracambi que apresentam sem muita solução de continuidade transições entre o urbano e o rural. Mais que favelas propriamente são periferias extremamente precárias que acolhem novos migrantes e aparentemente se caracterizam por uma composição de pessoas que conseguem sobreviver de ocupações muito díspares conforme a época do ano, desde empregos precários e temporários, a biscates, biscates rurais (cuidar de sítios, por exemplo) e trabalho como camelôs, ambulantes. (tipo Marsilac em SP ou Mariporã na Gde SP)

6 –Favelas de absoluto pauperismo

Por fim há também favelas de extremo pauperismo e que não são desprezíveis, caracterizam-se por proximidade a áreas extremamente insalubres como lixões e canais. Várias partes de favelas dos outros tipos teriam que ser incluídas neste, evidenciando a problematização dos próprios tipos dentro de cada favela, por exemplo, as favelas próximas do Canal do Cunha na Maré tem uma população que depende muito de coleta de lixo e se diferenciam bastante da Maré como um todo, que foi inserida no “tipo 1”. O exemplo mais clássico seria de Gramacho e de outros lixões.

Pobreza, violência urbana e o papel do Estado

A política estatal frente à pobreza e violência urbana tem dois extremos que se complementam: um a repressão seletiva sob distintas formas aos pobres e seu complemento os planos sociais e o assistencialismo das ONGs.

Já desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, com o Programa Comunidade Solidária e o Bolsa Escola, sob orientação dos organismos multilaterais se propiciaram políticas sociais como paliativo à extrema pobreza. Estes planos assistenciais sob o governo de Lula se mantiveram e estenderam a mais de 40 milhões de pessoas, que recebem ajuda estatal mínima, abarcando inclusive outras áreas como a estrutura educativa. O papel das ONGs se enquadra nesta perspectiva, representam no Brasil 300.000 empresas.

O nível de violência apresentado nas cidades brasileiras configura-se como elementos de guerra civil de baixa intensidade, ceifando milhares de vidas ao ano e constitui como elemento central na subjetividade dos trabalhadores, das classes médias e da própria burguesia e como esta impõe sua hegemonia sobre o

conjunto das classes. Para nós marxistas o Estado é fundado sobre a violência de uma classe sobre outra, mas o fenômeno que temos diante de nós é a expressão desta mesma violência de uma classe sobre outra em termos do que os próprios burgueses tratam de "criminalidade" e "violência urbana". Esta última, "a violência urbana" é fundada em grande parte pelo próprio Estado.

A própria burguesia em alguns de seus membros "ilustrados" aponta este problema da indissociabilidade da violência urbana com o Estado e constituição de determinada hegemonia da burguesia. Philip Alston, enviado da ONU para realizar um relatório sobre violência no Brasil começa seu texto afirmando:

"O Brasil tem um dos mais elevados índices de homicídios do mundo, com mais de 48.000 pessoas mortas a cada ano. Os assassinatos cometidos por facções, internos, policiais, esquadrões da morte e assassinos contratados são, regularmente, manchetes no Brasil e no mundo. As execuções extrajudiciais e a justiça dos vigilantes contam com o apoio de uma parte significativa da população que teme as elevadas taxas de criminalidade, e percebe que o sistema da justiça criminal é demasiado lento ao processar os criminosos. Muitos políticos, ávidos por agradar um eleitorado amedrontado, falham ao demonstrar a vontade política necessária para refrear as execuções praticadas pela polícia."⁴⁶

Os dados apontam para uma taxa de homicídio superior em 3 vezes a mundial. Os dados do registro civil do IBGE dão uma cara ainda mais alarmante, contando 107.306 mortes violentas em 2007, ou 10,38% do total de óbitos no país. Em algumas faixas etárias como 15-24 anos a chance de um morto ter morrido por homicídio ou auto de resistência é de 62%, e no caso dos homens de 88 a 92%! A população de 15 a 34 anos concentra somente 9,5% dos óbitos, mas 48,76% dos mortos violentos e esta violência é extremamente concentrada nas periferias e favelas das grandes regiões metropolitanas do país.

Este nível de violência observado é extremamente associado a ofensiva neoliberal. A taxa de homicídios triplicou entre 1980 e 2002, sofrendo uma redução de 16% entre 2002 e 2006 que é muito comemorada pela burguesia, mas ainda representa um aumento de 146% frente a 1980. Os homicídios por arma de fogo constituem a principal causa de morte da população entre 15 e 44 anos, com grande concentração nos pobres, negros e homens. O aumento da violência observado nos anos da ofensiva neoliberal torna possível levantar a hipótese que qualquer desenvolvimento de aumento do desemprego, de maior precarização do proletariado levará a uma intensificação da violência. Fortalece esta hipótese o fato de que a política do Estado brasileiro é de intensificar esta violência fazendo cada vez mais presente seus braços armados como parte integrante, senão fundamental, da violência urbana. Em Pernambuco o Ministério

⁴⁶ Relatório do Relator Especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrarias Dr. Philip Alston, pg. 2, disponível em: <http://www.global.org.br/pub/FCKeditor/arquivos/File/relatorios/%7B5CDC8111-85E7-4DAA-9D58-10ED88DE26A%7D> RelatorioAlston2008.pdf

Público estima que mais de 70% de todos os assassinatos tem ligações com os grupos de extermínio, que por sua vez tem inúmeras ligações com o Estado⁴⁷.

A própria ONU aponta para fenômeno similar no Rio e que se os dados do Rio expressassem mais fidedignamente a violência policial e os grupos de extermínio e milícias teríamos números similares aos do Recife – a metrópole mais violenta do país. Os números oficiais dos mortos por causas violentas no estado do Rio são os seguintes:

Tipo	total 2006-setembro 09	média mensal
Homicídio	22.633	492
Latrocínio	797	17
Lesão + morte	173	4
Encontro de cadáver	2.103	46
Encontro de ossada	121	3
Auto de resistência	4.335	94
Policiais mortos	120	3
Total	30.282	658

Fonte: Elaboração própria em base a Instituto de Segurança Pública

Estes dados oficiais escancaram os níveis de violência a que os fluminenses e cariocas vivem, com todos os limites dos dados fornecidos pela própria polícia, chega-se facilmente a conclusão que mais de 13% das mortes violentas são oficialmente realizadas pela polícia, mas como a própria ONU argumenta, provavelmente estaríamos vendo um número similar ao de Recife, com 70%, ou com cerca de 21 mil mortos pela polícia de 2006 a setembro de 2009, ou cerca de 456 assassinados por mês. Este número é comparável aos 102 mil civis mortos no Iraque, segundo os ativistas da Iraq Body Count, a média mensal no Iraque seria de 1.324.

Este levantamento não leva em consideração as mil e uma formas de roubos e assaltos registradas que configuram uma constante incursão na propriedade privada. Por hora é mais relevante deter-se no número de assassinados e o papel da polícia nisto, como já argumentado.

Os assassinatos da polícia contabilizados como “autos de resistência” são claramente execuções de negros e pobres, como apontam mil e um relatos e consta no relatório da própria ONU e até no site da OAB-RJ. Ambos os relatórios também citam estupros e roubos sistemáticos nas grandes incursões policiais que produzem uma série de mortos e quase nenhum preso.

⁴⁷ Dados do relatório de Philip Alston, citado anteriormente.

Estes exemplos, sistemáticos e diários, do Rio de Janeiro não constituem uma exceção local e as mega-execuções de maio de 2006 em SP (mais de 400) e do Carandiru (mais de 100) na mesma capital comprovam uma sanha similar na tropa paulista, talvez com menor sistematicidade diária, mas com rompantes mais esporádicos mas “em compensação” muito maiores.

Esta violência policial não está uniformemente distribuída no estado do Rio, mas completamente concentrada na região metropolitana, enquanto esta região concentra 72,96% da população nela ocorrem 97,06% dos autos de resistência. E mesmo dentro da região metropolitana as ocorrências são completamente díspares e ilustram como a atuação da polícia em diferentes regiões está centrada para objetivos particulares desvinculados dos níveis de violência apresentados. O próprio secretário de Segurança Pública, Beltrame, já afirmara que “uma coisa é um tiro em Copacabana e outra na Coréia, no Alemão.”⁴⁸ Trata-se de uma polícia para conter distintos tipos de pobres urbanos e de forma combinada realizar os negócios das distintas facções do “comando azul” (nome que alguns autores dão, referindo-se ao vermelho, para as facções dentro da polícia).

Elaboração própria sobre dados da Secretária de Segurança Pública por 100 mil habitantes, janeiro a agosto de 2009

	Pop (000)	Homicídios	Latrocínio	Auto de resistência	Polícia morta	Total – incluindo outras mortes (ossada, etc.)	Auto/total
Estado RJ	16.763	24,02	0,86	4,31	0,14	31,53	13,68%
ZN	2.817	25,17	1,35	9,16	0,35	38,55	23,76%
ZO	3.021	21,12	0,30	4,07	0,17	26,35	15,45%
ZS	599	6,51	0,50	4,18	0,17	16,20	25,77%
Centro	138	62,26	4,34	25,34	2,17	113,66	22,29%
São Gonçalo	1.030	27,09	0,58	1,55	0,00	30,30	5,13%
Niterói e Maricá	592	22,95	3,38	6,24	0,17	35,11	17,79%
Duque de Caxias	911	43,24	1,65	9,88	0,00	57,83	17,08%
Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis	1.292	29,88	0,93	3,64	0,00	35,61	10,22%

⁴⁸ Escrevemos numerosos artigos para o JPO e site sobre esta declaração, ou a declaração do ex-chefe da PM da PM ser o “melhor inseticida social”, ou ainda do governador Cabral defender o aborto para parar as “mulheres da Rocinha que são uma fábrica de marginais”, ou ainda sobre as músicas fascistas do BOPE como a famosa “homem de preto qual é sua missão/entrar na favela e deixar corpo no chão”.

SJ Meriti	482	25,52	0,41	2,07	0,00	28,42	7,30%
Belford Roxo	519	31,03	0,39	5,59	0,19	38,35	14,57%
Seropédica, Queimados, Japeri e Itaguaí	513	31,38	0,39	5,65	0,19	38,79	14,57%
Magé							
Guapimirim	317	21,79	0,00	3,16	0,00	28,74	10,99%
Restante do Estado	4.533	18,66	0,64	0,31	0,04	22,43	1,38%

Estes dados ilustram como a distribuição da violência é desigual nas regiões do Estado, concentrando-se fortemente na Zona Norte do Rio, no Centro e em algumas cidades da Região Metropolitana. Em todas as zonas da capital e Niterói observa-se uma porcentagem de autos de resistência muito superior a média do Estado, e Caxias, Zona Norte e Centro tem um índices deste assassinatos cometidos pela polícia superiores a média mundial de todos tipos de assassinatos (8 por cem mil)⁴⁹.

Para ilustrar melhor esta concentração em determinadas áreas segue outras tabelas com a concentração relativa dos homicídios e autos de resistência.

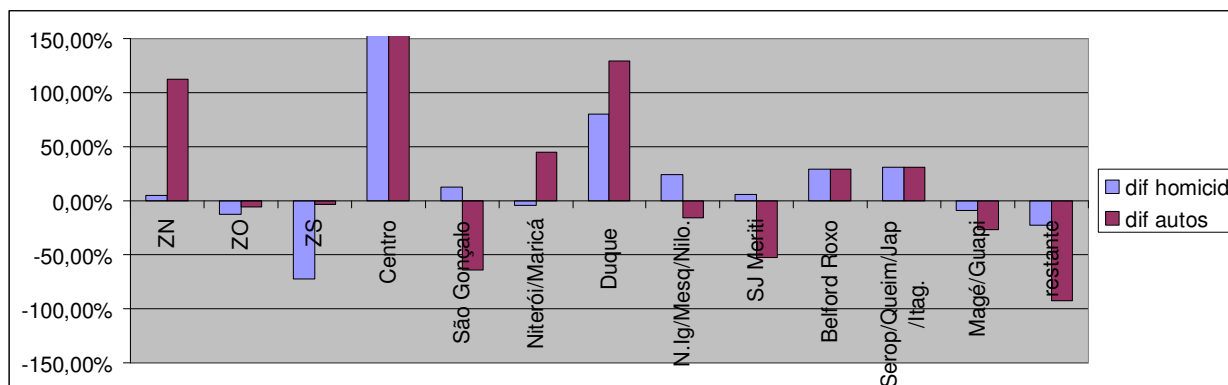
% população	homicídios	% homicídios	Autos de resistência	% autos de resistência	
	4027		723		Estado RJ
16,80%	709	17,61%	258	35,68%	ZN
18,02%	638	15,84%	123	17,01%	ZO
3,57%	39	0,97%	25	3,46%	ZS
0,82%	86	2,14%	35	4,84%	Centro
6,14%	279	6,93%	16	2,21%	São Gonçalo
3,53%	136	3,38%	37	5,12%	Niterói/Maricá
5,44%	394	9,78%	90	12,45%	Duque
7,71%	386	9,59%	47	6,50%	N.Ig/Mesq/Nilo.
2,88%	123	3,05%	10	1,38%	SJ Meriti
3,10%	161	4,00%	29	4,01%	Belford Roxo
3,06%	161	4,00%	29	4,01%	Serop/Queim/Jap/Itag.
1,89%	69	1,71%	10	1,38%	Magé/Guapi
27,04%	846	21,01%	14	1,94%	Restante

⁴⁹ Não parece lícito supor que o menor número de ocorrências registradas como auto-de-resistência no restante do Estado seria por se tratar de "interior", pois o número de homicídios também é bem menor, e as cidades do "interior" são relativamente desenvolvidas e grandes como Volta Redonda, Petrópolis, Campos e Macaé somando quase a totalidade da população restante.

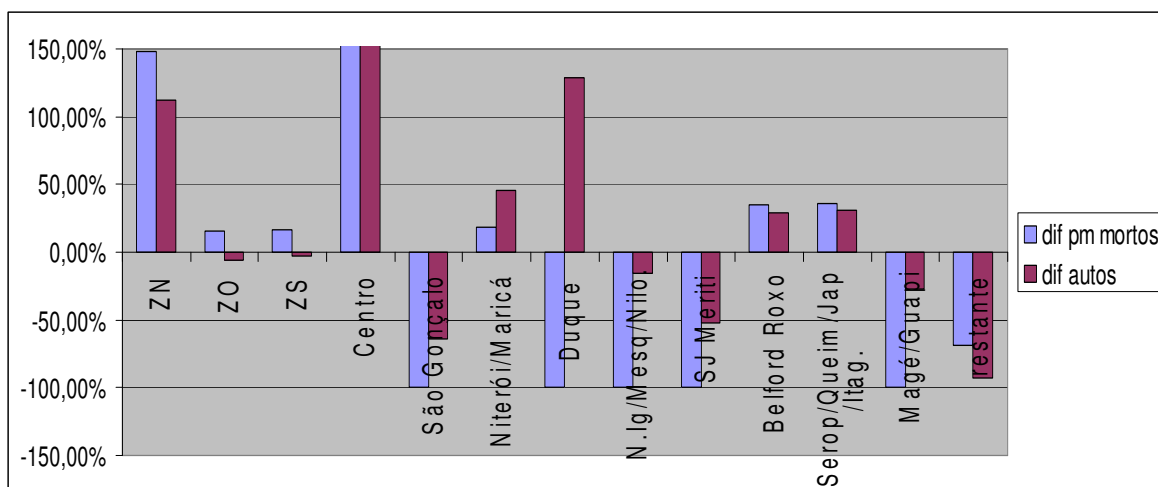
Tabela abaixo ilustrando a diferença das áreas com uma teórica distribuição homogênea

	Homicídios real	Homicídios normal	Diferença homicídios	Autos de resistência real	Autos de resistência normal	Diferença autos de resistência
ZN	17,61%	16,80%	4,82%	35,68%	16,80%	112,38%
ZO	15,84%	18,02%	-12,10%	17,01%	18,02%	-5,60%
ZS	0,97%	3,57%	-72,83%	3,46%	3,57%	-3,08%
Centro	2,14%	0,82%	160,98%	4,84%	0,82%	490,24%
São Gonçalo	6,93%	6,14%	12,87%	2,21%	6,14%	-64,01%
Niterói/Maricá	3,38%	3,53%	-4,25%	5,12%	3,53%	45,04%
Duque	9,78%	5,44%	79,78%	12,45%	5,44%	128,86%
N.Ig/Mesq/Nilo.	9,59%	7,71%	24,38%	6,50%	7,71%	-15,69%
SJ Meriti	3,05%	2,88%	5,90%	1,38%	2,88%	-52,08%
Belford Roxo	4,00%	3,10%	29,03%	4,01%	3,10%	29,35%
Serop/Queim/Jap/Itag.	4,00%	3,06%	30,72%	4,01%	3,06%	31,05%
Magé/Guapi	1,71%	1,89%	-9,52%	1,38%	1,89%	-26,98%
Restante	21,01%	27,04%	-22,30%	1,94%	27,04%	-92,83%

Esta tabela ilustrada no gráfico abaixo contradiz o senso comum de que a polícia é mais violenta onde há maior violência. Não há uma correlação entre homicídios e autos de resistência



Tampouco há correlação entre autos de resistência e policiais mortos em serviço, desbancando outra idéia do senso comum que entrariam atirando. pois enfrentam maior resistência, o gráfico comparando o real com a distribuição "normal" segue abaixo:



Esta longa excursão nos números visa mostrar claramente como se trata de um projeto de como lidar com os pobres urbanos na metrópole, não havendo relação relevante entre policiais mortos, nem em homicídios com os assassinatos que a polícia comete - trata-se exclusivamente de uma prática para matar trabalhadores e pobres em determinadas localidades. Determinados setores de moradores desenvolvem consciência disto, o que se expressa tanto nos atos contra violência como também de forma distorcida nos proibições contra a polícia. Esta prática policial de assassinatos e constituição temporária de algo com semelhanças aos *pogroms* russos é tanto uma política de Estado contra os pobres urbanos como também várias "pequenas políticas" de determinados setores da classe dominante e forças policiais para favorecimento de determinados setores com os quais mantém relações, para ilustrar melhor estas relações usaremos três breves tópicos de distintas relações do Estado com a violência e favorecimento de setores da classe dominante.

O Estado criador de milícias - e seus currais eleitorais e de serviços

Por vários anos uma das principais políticas da classe dominante carioca foi a criação de milícias - ou Grupos de Auto-defesa Comunitária nas palavras de César Maia (ex-prefeito, DEM). Até ao menos meados de 2008 quando um grupo de milicianos torturou jornalistas na favela do Batan em Realengo gozavam de absoluto prestígio como arma contra o tráfico e violência. Posteriormente a este evento tem sido desatadas uma série de investidas policiais e judiciais contra determinadas milícias que se bem não as desbaratam tendem a torná-las conhecidas como não muito distintas do tráfico. O atrativo da milícia para estes setores da classe dominante é que constituíam uma ocupação permanente, fato que agora combinado a alguma repressão às milícias o governo do Estado usa em suas novas UPPs.

As milícias constituem uma dominação territorial de determinadas localidades com algumas características muito diferentes do tráfico, ao serem abertamente

compostas por policiais, bombeiros e ex-policiais gozam (ou gozavam) de prestígio e podiam candidatar-se mais claramente à política burguesa oficial e terem seus líderes como iminentes deputados. Mostrando abertamente um entrelaçamento maior com o Estado do que o tráfico. Nas localidades não constituem nenhuma diferença substantiva uma vez que impõe sua lei e seus julgamentos com a diferença de uma postura diferente de cobrar taxas por seus serviços como gato-net e segurança, o que em muitas comunidades é oferecido de graça pelo tráfico. Por fim também em muitas destas comunidades dominadas pelas milícias não há nenhum tráfico e teriam assim um aspecto de "área segura", contribuindo a subjetividade destas localidades como mais de "classe média" e não "faveladas", como mencionado na tipologia das favelas.

As milícias constituem uma política de determinados setores das classes dominantes, como expresso mais abertamente por César Maia, que atuavam com seu beneplácito público, além de contar com policiais atuando nelas. A constituição destes grupos muitas vezes através de uma grande investida policial que "limpava" a área do tráfico para depois ser tomada pelas milícias constitui como um favorecimento explícito do uso do Estado para criação destes grupos que auferiam (auferem) uma grande soma de dinheiro mensal por estes serviços extorquidos da população bem como através da constituição de currais eleitorais que favoreçam os grupos políticos que os apóiam.

Este fator é relevante para explicar uma parte da fragmentação partidária na capital fluminense, tendo vários dos candidatos eleitos de pequenos partidos tendo porcentagem altíssimas de votos em determinados morros e favelas dominados ou pelas milícias ou pelo tráfico (particularmente a A.D.A. da Rocinha que é a facção com aparente maior ligação com o Estado), não é de se estranhar que o DEM tenha muitos votos nestas áreas também. Diversos políticos e partidos tem forte ligação com as milícias, como Garotinho e Zito (prefeito de Caxias pelo PSDB).

O Estado favorecedor e criador de facções do tráfico

Há uma extensa tradição oral carioca de que a A.D.A. teria sido criada pelo governo para enfraquecer o TCP e o CV. Esta tradição não parece descabida considerando-se o fortemente documentado apoio dado pelo Estado através do BOPE no confronto que levou a A.D.A. a assumir a jóia da coroa das favelas cariocas, a Rocinha. Nesta ocasião houve uma investida policial com seus aspectos de *pogrom*, enfraquecendo o grupo que dominava localmente, e depois vista grossa ao confronto pela posse da comunidade. Este fato também se combina com a situação atual onde, em todos os recentes conflitos há um evidente esforço de atacar principalmente o CV, mesmo quando a mídia relata uma situação onde uma comunidade do CV está sendo invadida por outra facção a polícia ocupa a do CV e não a invasora, nos casos do CV invasor a polícia tem ocupado a comunidade deste último. Esta política parece um esforço atual e não condiz com a realidade dos governos Garotinho conforme relatam alguns conhecidos. Naquele governo aparentemente havia um favorecimento do CV.

Estas mudanças de grupo favorecido parece apontar para uma luta de distintos setores burgueses na política e dentro das polícias pelos "arregos" do tráfico.⁵⁰

Outro elemento relevante da relação do tráfico com as distintas facções parece ser o favorecimento a grupos dentro dos presídios. Os presídios no Rio e em SP são divididos por facções, tendo em cada caso favorecimentos distintos, e também uma política ativa de aumentar os números de uma outra facção. Quando um detento chega a uma cadeia e não tem nenhuma facção os agentes escolhem uma para ele, conforme consta no relatório da ONU.

Estes distintos exemplos ilustram como além de ser uma política que favorece a burguesia ao impor a divisão entre os pobres, como discutiremos abaixo, o tráfico também expressa elementos de decomposição do Estado burguês e grupos das classes dominantes que travam várias vezes suas batalhas por dinheiro e votos através destes grupos. Ilustrando de forma mais cabal quão dilacerado e como há uma série de elementos de crise de Estado que se expressam nesta questão da violência urbana.

Sobre o tráfico

O tráfico de drogas não se apresenta da mesma forma em distintas cidades e regiões metropolitanas do país. No Rio de Janeiro nele se destaca um aspecto territorial, que se bem, não está ausente em outras regiões não alcança aparentemente a intensidade aqui alcançada. Cada bairro no Estado do Rio de Janeiro, e de forma mais aguda na Região Metropolitana é marcado por pichações que denotam qual a facção que domina a região, há expressões de linguagem e cores de roupa que são evitadas em distintas áreas para não entrar em conflito com o grupo local em seu "território"⁵¹. Comunidades vizinhas tem a impossibilidade de livre trânsito da população, devido a serem dominadas por facções rivais. Esta imposição é mais seriamente imposta aos jovens, como já relatado sobre a Maré ou no conhecido caso dos assassinatos da Providência em 2008.

Este primeiro aspecto tem implicações relevantes para a subjetividade dos trabalhadores e das massas bem como coloca possibilidades e limites distintos a recomposição da subjetividade dos trabalhadores e das massas. Este aspecto territorial não faz do tráfico do Rio algo distinto nos aspectos de ligação com o Estado nem das profundas ligações em todo o país e possivelmente com variados

⁵⁰ O próprio livro *Elite da Tropa* (que serviu para o filme *Tropa de Elite*), escrito por três ex-policiais de altíssima patente, tem como tese que ocorreu em meados dos anos 2000 um conflito entre uma ala que dominava a polícia civil (Álvaro Lins, hoje cassado) com ala da polícia militar por quais setores favorecer e como se fortalecer internamente. Esta tese parece ter vários elementos corretos ao se observar que a atual homogeneidade, falta de manifestações e greves na polícia após o turbulento ano de 2006, foi possível através de um certo expurgo e deslocamento de ambos setores através de um "Bonaparte outsider" como o Beltrame que é oriundo da PF e não de nenhuma das forças locais. As greves de 2006, que o PSTU apoiava, neste sentido, parecem mais uma disputa das alas dentro das polícias com o Beltrame do que qualquer outra coisa, este movimento pode ser relativamente contido através do aumento de salários e a liberação por este das alas assassinas (BOPE, CORE, etc), fazendo de sua gestão provavelmente a mais sanguinária da história recente.

⁵¹ Por exemplo, evita-se usar a cor vermelha em favelas da A.D.A ou usar a expressão "É Nós" em áreas da TCP ou ADA.

grupos internacionais. As ligações nacionais com o Estado bem como suas ligações internacionais são algo que é difícil de aproximar hoje. Sendo assim, focaremos aqui nos aspectos territoriais e no tráfico varejista de drogas. De todo modo o "tráfico atacadista" não é algo que gera aparentemente implicações na subjetividade dos trabalhadores, distinto do que a identificação de jovens com a facção que domina sua comunidade bem como da expressa proibição de ir de uma comunidade dominada por uma facção a outra oposta.

Do contraditório movimento político dos 80 a hoje

O tráfico tal como se apresenta hoje é uma degeneração dos contraditórios movimentos surgidos dos anos 70 que expressavam mais claramente a organização dos presos por seus direitos básicos. O Comando Vermelho nasceu da fusão de criminosos comuns e presos políticos e sob a divisa "Paz, Justiça e Liberdade" e focava-se na defesa política e jurídica dos presos. Este movimento político combinava-se ao crime comum e particularmente ao tráfico de drogas e obtenção de armas. Sob impacto do "Comando" surgiu em São Paulo o Primeiro Comando da Capital (PCC), adotando a mesma divisa "Paz, Justiça e Liberdade". Este segundo, o "Partido" chegou a ter um estatuto político votado em assembleia de presos. Há ainda elementos políticos que se expressam nas rebeliões lideradas por ambos, mas tende a se sobressair o elemento de crime comum e domínio territorial e monopólico sob o comércio varejista das drogas. Este desenvolvimento deve ser compreendido como algo que estava implícito na contradição de seu surgimento – dos próprios movimentos CV, PCC –, mas também como fruto dos impactos da subjetividade dos trabalhadores sob a ofensiva neoliberal bem como da ação consciente do Estado causando sua fragmentação e "aburguesamento".

Até meados dos 80 no Rio e meados dos 90 em SP o predomínio destas facções "originais" era basicamente sem disputa, o desenvolvimento e fortalecimento do TCP (Terceiro Comando Puro) e ADA (Amigos dos Amigos) no Rio e TCP (Terceiro Comando da Capital) e um terceiro grupo incipiente ligado a ADA, foram feitos mediante convívio quando não aberto auspício do Estado e suas forças armadas. A ADA particularmente é tida como evidente criação da polícia do Rio. Este favorecimento passa por convívio com o ataque de um grupo a outro, uso do aparato policial para enfraquecer um grupo em benefício do outro. Com isto não queremos supor uma política uniforme e coerente do Estado, mas que distintos setores articulados dentro da Civil, Militar e Penitenciária apoiaram distintos setores fazendo expressar territorialmente os elementos de decomposição do Estado burguês, fosse para enfraquecer e despolitizar o contraditório movimento inicial fosse para conseguir novos acordos de "arregos" e currais eleitorais com alas por eles disciplinadas ou que lhe devam distintos favores.

Este processo levou a uma encarniçada luta entre as facções por garantir suas posições monopólicas em determinadas localidades e imprimiu tanto uma nacionalização destes conflitos, com possíveis ligações e disputas internacionais, levando cada grupo fluminense a ter uma contraparte paulista e quiçá nacional e

internacional. Mas mais importante que isto, levou a se expressar de forma mais brutal os elementos de arbitrariedade para domínio territorial e uma efetiva divisão do território fluminense em territórios dominados e em disputa.

Desenvolvemos a seguir distintos elementos do problema do tráfico para contribuir a pensar como se expressa isto e implicações na subjetividade e programa.

A divisão entre os trabalhadores como subproduto do tráfico – as igrejas como alternativa distorcida ao mesmo

Um dos principais entraves que o tráfico constitui é a imposição, punida por assassinato, a aqueles que se atrevem a ir de comunidade a outra dominada por facções rivais, todo e qualquer jovem é interpretado como “alemão” (inimigo) e punível como tal. Este elemento impõe uma profunda divisão entre as distintas comunidades dificultando a solidariedade entre os trabalhadores e geram absurdos tensionamentos internos e dificuldades de sociabilidade em comunidades vizinhas divididas, como é o caso da Maré.

Familiares não podem se visitar, podendo se reunir somente no centro ou algum local neutro. Este elemento é algo que gera um desgaste do tráfico e dos fatores que mais contribui para que o tráfico não seja bem quisto nas comunidades. O entrave que isto significa para a solidariedade entre os trabalhadores é enorme e acaba fortalecendo um certo “patriotismo de facção” entre os jovens que, defensivamente, defendem, sem participar, “sua facção” contra a vizinha e deste modo naturalizam os assassinatos e a divisão. Não são cenas freqüentes, mas não de todo raras os cantos de guerra (e assassinato) de dezenas de jovens ao passar por uma comunidade rival em um ônibus ou mesmo discussões entre trabalhadores como a comunidade do outro será invadida pela “sua”. Dezenas de funks celebram estas oposições entre as facções ou mesmo um genérico espírito de “matar o alemão”, seja lá quem ele seja em cada localidade.

A maior alternativa hoje existente para o trânsito entre as distintas comunidades são as igrejas evangélicas. Estas são toleradas em maior ou menor grau por todas facções e grupos locais e a seus adeptos se permite um relativo ou maior trânsito para realização de seu reacionário pregar. Este é um dos elementos, talvez não o principal, para o sucesso das igrejas evangélicas nos morros e favelas. Ademais deste livre trânsito as igrejas gozam em muitos casos de um status como única saída ao tráfico e a seus julgamentos.

Costuma-se relatar como uma das saídas mais aceitas para alguém se desvincular de uma facção é aderir a uma igreja e a única forma (não garantida) de frear alguma punição do tráfico é algum pastor interferir pelo julgado atestado sua conversão e acordar o “exílio” da pessoa e sua família. A contrapartida a este aceitar das igrejas pelas facções é que se desconhece algum caso de que as igrejas tenham realizado alguma oposição ao tráfico. A mesma situação de

escolha entre o tráfico ou a igreja é relatada por conhecidos e numerosos artigos acadêmicos para as prisões.

Minoritariamente o exército e forças armadas (que não polícia) também aparecem como uma alternativa ao tráfico não como disjunção a alguém já membro, mas como uma esperança de várias famílias para livrar seus filhos.

Este elemento da relação tráfico-igrejas ilustra como se dão a maioria das relações do Estado com o tráfico. Ao contrário do defendido pela burguesia para argumentar a necessidade da ocupação militar de que os morros seriam locais "sem o Estado", são locais com o Estado, mas um Estado com elementos de decomposição que fora as investidas policiais só ocorre em acordo com o tráfico. As escolas e unidades hospitalares, os serviços públicos como água e luz só se realizam em acordo com o tráfico, desconhecidos não entram em uma comunidade para mexer em um poste sem autorização, isto não significa sua não realização, mas como eles mesmos expressam os elementos de decomposição do Estado (?).

O tráfico como negociador de direitos e como força local

Muitos dos elementos pontuados até aqui tenderiam a apontar para situações onde os moradores de morros e favelas tenderiam a preferir a retirada do tráfico, mas o elemento do tráfico como quem garante serviços públicos e pequenos favores está entre os determinantes do porque em geral mesmo que com muitas ressalvas tende-se a preferir o tráfico à polícia

Há claros elementos de decomposição do Estado e deste modo não poderia deixar de ser pela via do tráfico como parceiro do Estado e seu arbítrio que muitos moradores de morros e favelas têm acesso a serviços públicos. Isto combinado a proximidade, possibilidades de negociação bem como medo daquele que hoje expulso pode facilmente identificar quem foi contra ele no futuro faz com que em conflitos entre o tráfico e a polícia quando não ocorre aberta preferência pelo tráfico há maior desgosto à vitória da polícia. Seja porque esta ao contrário do tráfico só tem a oferecer mortes ou pelo elemento territorial constitutivo de aspectos da subjetividade como argumentado previamente. Outro elemento que reforça esta identificação com o tráfico é a clara identificação, em que pese as contradições reconhecidas, dele como força local e não invasora, os soldados, doleiros e outros são freqüentemente amigos de infância e vizinhos com os quais se "compartilhou" não só suas arbitrariedades.

3. Experiências, perspectivas e programa

Experiências, perspectivas

O proletariado ainda não tem feito suas demandas dos setores mais precarizados e imigrantes, desta maneira tem contribuído a que se expressem sob a forma de estouros e rebeliões, onde primam nisso – ainda – sua identidade

e o ódio das forças repressivas do Estado. Isto nos conduz a repensar e valorizar concretamente a importância das demandas democráticas dos pobres urbanos e rurais, submetidos à sistemática perseguição e violência do Estado como a sua situação de precariedade econômica e material.

A dinâmica da luta dos assalariados efetivos, precarizados e informais não pode determinar-se em termos absolutos somente por sua identidade e caráter social – ainda que para nós constitua o ponto de partida -, posto que é necessário ter em conta múltiplos fatores como a relação com o Estado, as experiências prévias e a situação dos setores e camadas de classe, a subjetividade, suas representações políticas, suas tradições, etc. Vamos analisar algumas experiências do último período dos “pobres urbanos”.

Venezuela, 1989: *Os pobres descem do morro*

Esta rebelião popular, constituiu uma das primeiras irrupções massivas dos pobres na cena política venezuelana, que mostra o impacto que podem provocar na política nacional e a possibilidade de atuar como detonador das lutas operárias e populares. Entretanto, temos notar que nas diversas experiências de rebeliões dos pobres que assaltaram supermercados e comércios em diversos países, em linhas gerais se deram isoladas das outras classes: repudiadas pelas classes médias e com um movimento operário contido por suas direções burocráticas colaboracionistas, que impediram a unidade das fileiras operárias.

[...] O “caracazo”, “sacudón”, “o dia em que os morros desceram”, foi uma grande irrupção do movimento de massas na cena nacional [...] O aumento da passagem sobreveio automaticamente. Tratava-se de um ataque indireto ao salário e a já magra renda das casas pobres [...] A reação foi explosiva.

[...] com o monopólio e alto custo dos alimentos nas preocupações do povo trabalhador e vários casos de roubos populares em Mariara, Cagua e San Mateo.

[...] A massividade dos protestos levou nos fatos a que no final do dia houvesse uma greve geral tácita, não convocada por nenhuma das centrais. Não se tratou de um protesto qualquer, foi uma verdadeira rebelião que chegou a apropriar-se das ruas por várias horas, derrotando inclusive a repressão policial em vários lugares.

[...] A estas jornadas lhe seguiu um forte ascenso das lutas operárias, populares e estudantis. Apesar da forte derrota “militar”, se destapou um período muito convulsivo onde as lutas se sucediam uma atrás da outra e não poucas vezes terminavam em enfrentamentos com a polícia e a Guarda Nacional. *Cacerolazos*, marchas estudantis, paralisações, processos antiburocráticos em alguns setores de trabalhadores e tentativas incipientes de coordenação pela base, etc. [...] A crise do regime chegou até as próprias Forças Armadas, de onde sai toda uma fração de “militares patriotas” [...] É desta maneira como surge com força o chavismo no país,

com a promessa de “refundar o país” e dar solução aos problemas do povo trabalhador.⁵²

Argentina, 1996/1997: Os “trabalhadores desempregados” de Cutral-Có e Tartagal⁵³

As primeiras experiências de resistência dos desempregados na Argentina ocorreram em duas províncias petrolíferas: Neuquén e Salta. Os desempregados de Cutral Có e Tartagal, foram as primeiras manifestações da luta de classes deste amplo setor que se levantou sob a reivindicação de “trabalho para todos” e que abria o caminho para a unidade com os trabalhadores empregados. Estes “trabalhadores desempregados”⁵⁴, como eles se reconheciam, foram o mais avançado de um processo radicalizado de luta que tinha como centro a recuperação de postos de trabalho. Estes movimentos, que se instalavam com suas famílias nas portas das empresas petrolíferas, se caracterizaram por desenvolver tendências à auto-organização e elementos de autodefesa popular; surgiam espontaneamente e desafiavam, de forma elementar e combativa, ao poder político; o corte de rua⁵⁵ e os piquetes foram os métodos adotados para ganhar visibilidade.

Em 1997 o chamado “segundo Cultracazo” mostrou a possibilidade e potencialidade de unidade das fileiras dos trabalhadores, entre empregados e desempregados, convergindo numa frente-única de luta com a numerosa categoria dos docentes provinciais, contra o governo⁵⁶.

Argentina, 2000: A luta e organização dos desempregados “piqueteiros”

Como parte do ciclo aberto no continente latino-americano de resistência e enfrentamento de diversos movimentos sociais às consequências da ofensiva neoliberal, na Argentina se deu a organização massiva dos desempregados que desenvolveram novas formas de luta com grande protagonismo na política nacional. Estes movimentos e organizações sociais obrigaram os governos a desenvolver uma extensa política assistencialista⁵⁷, para diminuir sua combatividade.

⁵² Extratos de *En Clave Obrera* Nro.20 / Historia CARACAZO, publicação da LTS (FT-CI), 5/3/09.

⁵³ Atendendo aos objetivos que nós traçamos neste trabalho, não nos deteremos nas considerações políticas ou econômicas e no contexto nacional em que se sustentaram mas centralmente na atuação dos pobres.

⁵⁴ Nos parece que um dos fatores que permitiu esta subjetividade foi o escasso tempo transcorrido desde que haviam perdido seu emprego, buscando reintegrar-se ao círculo produtivo.

⁵⁵ Diante da impossibilidade de afetar a produção se interrompe a circulação de mercadorias, combinando os piquetes com assembléias abertas à participação popular e multi-setorial.

⁵⁶ Se abriu uma crise política importante no governo do MPN, que apelou à divisão da greve oferecendo parte das demandas docentes. A política corporativa da direção da ATEN (Sindicato dos professores neuquinos) que levantou a paralisação quando conseguiu parte de suas demandas, deixou isolados os desempregados e a mercê da repressão institucional.

⁵⁷ Na Argentina, o governo peronista de Duhalde que assumiu depois das jornadas revolucionárias de 2001 na Argentina, generalizou a política assistencialista, instaurando um salário (que não chegava à metade do salário mínimo já miserável) para os membros desempregados das famílias operárias e populares, que denominou “Planes Trabajar”.

No começo de 2000 quando o desemprego começou a ter um caráter crônico e chegou ao 20% o movimento dos trabalhadores desempregados começou uma nova fase. Diferente dos movimentos iniciais, foram adotando características de uma subclasse, devido à impossibilidade concreta de voltar ao circuito produtivo. Esta nova situação teve sua expressão programática na demanda de subsídios ou seguro desemprego generalizado para todos os desempregados, demanda que foi adquirindo uma nova centralidade.

Estas organizações “piqueteiras” constituíam tipos de *sindicatos de desempregados* em sua maioria dirigidos ou influenciados pelos movimentos sociais reformistas-populistas e um setor, o mais combativo, pela esquerda operária centrada. A nível da coordenação chegaram a organizar assembleias populares que eram coordenadoras dos movimentos piqueteiros.

Concentrados em extensas e populosos bairros pauperizados da periferia, combinaram em sua organização traços sindicais e identitários: se nuclearam em formas organizativas próximas à classe trabalhadora, para lutar por seus direitos e, ao mesmo tempo se organizaram segundo a região de procedência através de centros culturais e comedores populares dos bairros, para paliar a miséria a que eram condenados cotidianamente, incentivados pelo assistencialismo dos governos com a participação ativa das ONGs.

Argentina, 2001: A perspectiva do MTD com a hegemonia operária de Zanon

Vamos nos deter em assinalar dois aspectos no que se refere à relação que estabeleceram os trabalhadores de Zanon e o sindicato ceramista com o movimento MTD⁵⁸ de Neuquén, colocando os primeiros no centro de sua luta a unidade das fileiras operárias entre empregados e desempregados. Com todos os limites e desigualdades que esta experiência tem, parece iluminar nossa hipótese que o componente de assalariados entre os pobres urbanos favorece, em perspectiva, a aliança com a classe operária e esclarece que se os setores operários empregados e suas organizações assumem as demandas dos pobres, a confluência de suas filas facilita a luta comum por uma saída radical ao problema da pobreza.

A crise argentina que explodiu em 2001, no caso neuquino favoreceu a convergência do MTD (Movimento de Trabalhadores Desempregados) e os operários de Zanon. Se por um lado, os “tempos de luta” convergiram a partir do

⁵⁸ O MTD se concentra no bairro San Lorenzo, o mais populoso e pobre da cidade de Neuquén, mas que é distinto das favelas não somente pela quantidade de habitantes mas porque é um bairro operário construído sobre a base de planos de moradia provinciais, que em sua maioria pertencem aos que as habitam, que conta com serviços sanitários elementares e serviço de saúde pública provincial. Estes fatores que permitiram ascender à moradia própria, de um populoso bairro com um alto componente de desempregados que provinham da construção e que traziam além disso uma experiência combativa de um sindicato dirigido pela esquerda trotskista (MAS) desde o início dos anos 1980, configurou neste particular movimento de desempregados uma subjetividade com traços classistas. O programa comum que forjaram com os operários de Zanon na coordenadora do Alto Valle e em todos os agrupamentos combativos dos que participaram deixaram sua marca: o desempregado e o efetivo são uma mesma classe, unidade das fileiras operárias, “se atacam um atacam todos”.

estalar da crise, o tipo de relação política que estabeleceram foi influenciada pela experiência prévia dos desempregados de Cutral-Có e Plaza Huincul na mesma província. No caso do MTD, expressada no programa de luta pelo trabalho e sua combatividade; no caso de Zanon contribuiu ao fortalecimento do ânimo de resistência contra a perda da fonte de trabalho a que se viam ameaçados.

França, 2006: Os imigrantes, pobres urbanos dos países centrais

A criminalização e demonização da figura dos imigrantes, especialmente na França, como uma verdadeira ameaça às instituições de sua emblemática República, tem servido como discurso ideológico e político durante a década de 1980 e 1990 para encobrir o retrocesso de seu modelo socioeconômico e cultural.

As rebeliões juvenis de imigrantes e descendentes árabes e africanos, ainda que começaram com ações defensivas, democráticas, pelo direito à cidadania e contra a precarização, que nos países centrais afeta particularmente à população imigrante, podem transformar-se num aglutinante que modifique com sua radicalidade as condições políticas, que num cenário de empobrecimento mais geral facilite a confluência com os assalariados e os estudantes, contra o ataque do capital.⁵⁹

São Paulo, Agosto/setembro de 2009: A revolta dos pobres das favelas⁶⁰

Em menos de uma semana, dois episódios simbólicos na zona sul de São Paulo. A polícia militar executa ordem de reintegração de posse na favela Pq. do Engenho no Capão Redondo, num terreno de 14 km² onde viviam em moradias precárias mais de 800 famílias. Num ato de revolta e desespero, colocaram fogo nos seus próprios barracos e atiraram pedras e outros objetos na PM.

Na madrugada de 31 de agosto para 1 de setembro, a bala de guarda civil mata uma adolescente de 17 anos na favela de Heliópolis, a quinta morte dessa forma em apenas alguns meses na cidade de São Paulo, a reação de centenas de moradores que protagonizaram dois dias de rebelião contra a repressão policial, fazendo barricadas, colocando fogo em carros, ônibus e viaturas e atirando pedras contra a PM.

São cenas que estão se tornando mais comuns desde finais de 2007, quando os moradores da favela Real Park na Zona Norte de São Paulo, deram uma resposta às seguidas chacinas promovidas pela polícia, bloqueando por horas a principal via de acesso à cidade e combatendo com bombas caseiras e molotovs a tropa de choque.

As revoltas em Heliópolis e no Capão Redondo mostram que vai se acumulando

⁵⁹ Entretanto não é possível descartar numa primeira etapa, uma dinâmica oposta. Até agora não tem sido preponderante mas que já tem manifestações como na Inglaterra onde frente a crise os trabalhadores saíram em paralisação contra os imigrantes.

⁶⁰ O Significado das revoltas nas periferias e favelas (fonte, JPO).

nos setores mais pobres dos grandes centros urbanos uma profunda insatisfação social. Os setores que se mobilizaram em Heliópolis, ao contrário do que a polícia militar vai tentar fazer parecer, não é organizado pelo tráfico, ainda que eles deixem correr e até vejam com simpatia que não possa entrar a polícia nas favelas. São trabalhadores precários que ganham um salário de fome, jovens desempregados vítimas da desigualdade social e do racismo, pais e mães de família, os que se mobilizaram contra a ação da polícia. São lutas isoladas sem ser apoiados nem pelos sindicatos, nem pelas centrais sindicais. Por isso mantém um alto conteúdo identitário.

É evidente, que os assalariados pobres e favelados serão o setor mais combativo e o que terá a maior destreza na luta de rua contra a repressão.

Rio de Janeiro, junho de 2008: enfrentamento com o exército e polícia contra assassinatos, forte participação operária

Uma comunidade ocupada pelo exército no centro do Rio de Janeiro é sacudida por um forte movimento de moradores em protesto contra os assassinatos cometidos por facção rival do tráfico, graças a ação do exército. Dois jovens que desrespeitavam o toque de recolher imposto pelo exército foram pegos pelo mesmo e levados até morro vizinho e vendidos ao tráfico como membros da facção rival, sendo cruamente executados.

A comunidade em questão protagonizou um grande levantamento que durou alguns dias com escaramuças com a polícia e com a polícia do exército, chegando quase a invadir o quartel-general do exército para buscar os oficiais responsáveis. Destaca-se nesta mobilização não só sua politização com grandes faixas, radicalização como a destacada presença operária de operários da construção civil na favela que entraram em greve e participaram da manifestação com as demandas do bairro. Este exemplo destaca o papel protagonista e o entrar em cena de métodos da classe operária nos enfrentamentos e denúncias da violência policial e de outras forças armadas⁶¹.

Considerações de programa

Urbanização e pobreza assalariada

Do presente estudo sobre os pobres urbanos podemos reafirmar como colocava Trotsky há um século que *a história do capitalismo é a história da dominação do campo à cidade*; que o âmbito urbano será o "lugar privilegiado da luta de classes", a cena principal dos acontecimentos revolucionários.

Junto ao enorme processo de urbanização mundial, concentração e financeirização da economia nas mãos de um reduzido número de monopólios, um número cada vez maior da população, como assinalava Marx, se converteu

⁶¹ Ver <http://www.ler-qi.org/spip.php?article1181>

em assalariados, com a particularidade de que sua situação se faz mais precária e insuportável na medida em que aumenta a riqueza dos capitalistas.

A tendência do capitalismo a proletarizar a população inteira não pode pensar-se como um processo sem interrupção por mudanças revolucionárias, ou seja, pela ação da luta de classes e determinadas correlações de forças. Ainda que a derrota neoliberal significasse um avanço nesta tendência, convertendo a uma enorme maioria da população num exército de reserva, *recluso em moradias similares às prisões*, consideramos ao proletariado por seu peso social e econômico o sujeito que, através de sua ação política pode reverter esta degradação, começando por unir as fileiras operárias fragmentadas, assumindo em primeiro lugar as demandas dos setores mais oprimidos e explorados dos assalariados, os pobres urbanos.

Contra a utopia da democracia radical e a pluralidade do social sob o capitalismo, reafirmamos a vigência da hegemonia proletária e da revolução socialista

Com o desenvolvimento da urbanização capitalista durante a fase neoliberal, distintos sinais de resistência e rebelião tem se manifestado recorrentemente e é provável que estas respostas mantenham e reproduzam um alto componente de violência e radicalidade. Mas esta resistência não pode colocar-se exclusivamente em termos de política de identidade ou territorial, ainda que se iniciem com este conteúdo.

O proletariado revolucionário deverá localizá-la estrategicamente em termos de classe, buscando *sob sua hegemonia social e política* construir alianças com as forças anticapitalistas que se enfrentem com a classe dominante; combinando formas de luta territorial com os métodos próprios da classe operária, capazes de paralisar a produção e organizar a anarquia, apropriando-se dos principais setores da economia, os meios de transporte, de comunicação, as finanças, etc. Referindo-se à revolução de 1905, Trotsky colocava de maneira esquemática este plano de ação:

As manifestações de rua somente poderão converter-se numa revolução popular, na condição de que sejam manifestações de massas, ou seja, quando abarquem em primeiro lugar aos operários das fábricas e plantas. Fazer com que os operários deixem suas máquinas e se coloquem de pé, fazer com que saiam das suas fábricas e saiam às ruas; que se dirijam à planta vizinha e proclamem ali o fim do trabalho, fazer com que novos conglomerados de massas saiam às ruas; dirigir-se deste modelo de uma planta à outra, de uma fábrica à outra, crescendo incessantemente em número, derrubando as barreiras policiais, absorvendo novas massas, que surjam no caminho, ocupando os edifícios adequados para os encontros públicos, fortalecendo-se, organizando encontros revolucionários contínuos com um público que vai e vem constantemente, colocando ordem no movimento de massas, despertando seu espírito, explicando-

lhes o objetivo e o significado do que está acontecendo; e por último *converter toda a cidade em um só campo revolucionário [...]*⁶².

Se a perspectiva é que a classe operária volte a ocupar o centro da cena política nacional, então, com certeza, voltaremos a apreciar seus métodos de luta e organização como greves gerais políticas e os conselhos. A política do proletariado não somente deve incorporar programaticamente as demandas democráticas e camponesas, mas também deve buscar a participação de seus aliados em seus organismos democráticos de luta. Como aponta Trotsky,

A tarefa do *soviet*, não era transformar-se numa paródia de parlamento nem em organizar uma representação proporcional dos interesses dos diferentes grupos sociais; sua tarefa era dar unidade à luta revolucionária do proletariado, e o instrumento principal de luta que encontrou foi a greve geral política, método exclusivamente apropriado para o proletariado enquanto classe assalariada. A homogeneidade de sua composição suprimia toda roçadura no interior do *soviet* e lhe fazia capaz de ter uma iniciativa revolucionária⁶³.

Esta forma organizativa da classe operária resolveu, na experiência Russa, a dicotomia entre território e estrutura de produção, já que eram por sua vez organismos regionais e compostos por delegados das fábricas. Não podemos descartar que volte a repetir-se a confluência entre "o bairro e a fábrica", como ocorreu em 1905, *onde o soviete tinha o poder na medida em que a potência revolucionária dos bairros operários o garantia*⁶⁴. Nestes organismos das massas (com liberdade de tendências em seu interior) terá a oportunidade, o partido revolucionário, de constituir-se em força política hegemônica, como instrumento indispensável para o triunfo da revolução proletária nacional e sua consecução internacional.

É necessário politizar "a questão da vida urbana" recuperando também o direito à cultura, ao esporte e à recreação, denunciando e desmascarando a hipócrita democracia burguesa. Todo programa que busque solucionar o problema da pobreza urbana e a pauperização da vida diária, deve encaminhar-se à expropriação da riqueza social produzida e propor-se, por fim, tomar o poder político das mãos dos exploradores. Como colocavam Marx e Engels: *a supressão da propriedade privada é inclusive a expressão mais breve e mais característica desta transformação de todo o regime social, que se fez possível mercê ao progresso da indústria. Por isso os comunistas a colocam, com razão, como sua principal reivindicação.*

Pelo direito ao trabalho e uma existência digna;

⁶² León Trotsky, "El proletariado y la revolución", en *La Teoría de la Revolución Permanente*. Compilación CEIP, pag. 33/34.

⁶³ CEIP, *Conclusiones de 1905*, en *La Teoría de la Revolución Permanente*. Compilación CEIP, pag. 47

⁶⁴ León Trotsky, "Conclusiones de 1905" en *La Teoría de la Revolución Permanente*. Compilación CEIP, pag. 40/41.

Repartição das horas de trabalho;

Basta de precarização do trabalho, a igual trabalho igual salário e iguais direitos para todos os trabalhadores;

Acabar com a fome e a miséria;

A miséria e a fome com certeza aumentarão como consequência do aprofundamento da crise internacional, o que levará a sofrimentos extremos. É preciso obrigar o estado a garantir alimentos de qualidade para todas as famílias carentes, acompanhado pela distribuição de alimentos e restaurantes públicos garantidos pelo estado. Confiscação sem indenização sob controle operário das multinacionais alimentícias.

Contra a discriminação racial e a opressão à mulher e à juventude;

Os negros e as mulheres negras têm os piores empregos e salários, o menor índice de escolaridade, menor acesso à saúde, são as vítimas preferidas da violência do Estado, sofrem com a pobreza e vivem num país com profunda desigualdade econômica e sócio-racial. Existe um genocídio encoberto, através da violência policial e da ação dos grupos de extermínio. Todos os setores do proletariado devem ser conduzidos ao movimento revolucionário. O programa dos marxistas representa os interesses do conjunto da classe operária, apoiado nas demandas dos setores mais explorados e oprimidos. Contra a repressão e assassinato de negros e pobres, fora a polícia e todas as instituições repressivas dos bairros e favelas, pelo direito dos trabalhadores e das massas à autodefesa, pela igualdade de direitos começando por igual trabalho, igual salário. E colocando em primeiro lugar do programa: Lugar para a juventude e a mulher trabalhadora negra e pobre.

Contra a criminalização da pobreza, a repressão e a militarização das favelas e bairros das periferias;

Fora as forças repressivas e as milícias das favelas, ao mesmo tempo em que se organize sua própria autodefesa através de comitês e milícias populares, baseadas no legítimo direito à defesa, que deverão ser organizadas e disciplinadas aos sindicatos e organizações democráticas dos moradores. *Dissolução da polícia e todas as forças repressivas.* Qualquer outra política que busque DEMOCRATIZAR as instituições repressivas, sob a forma de uma nova

polícia civil, não é mais que uma grande armadilha que longe de clarificar confunde a vanguarda operária e juvenil e a pressiona à conciliação com seus carrascos.

A destruição de um caveirão no Alemão em 2006 bem como a derrubada recente do helicóptero – comemorado por toda a população – constituem “façanhas” que mostram “que é possível derrotar a polícia” – como já ouvimos de militantes do movimento de moradia. Estas escaramuças travadas educam não só na possibilidade de enfrentar o Estado como não se deve descartar que deste combates saiam conhecimentos militares relevantes e, porque não, combatentes de vanguarda sejam dos próprios “soldados” ou de moradores com conhecimentos militares ímpares no país.

Este elemento também se combina a possibilidade de que pela via do tráfico os trabalhadores encontrem suas primeiras batalhas e armas em sua auto-defesa como a contraditória defesa de alguns bairros populares em Honduras já apontou. Neste combate a vanguarda operária organizada desde seus sindicatos deveria tomar a linha de frente na defesa dos mais oprimidos, dos desempregados, dos negros, dos jovens de periferia, e combinar a denuncia das chacinas cotidianas dos morros com uma campanha ampla e de massas contra a repressão do povo pobre e o aumento dos efetivos policiais e por um plano operário de saída para crise.

Contra o Partido do Crime (PCC) de base popular;

Somente a classe operária pode lutar íntegra e efetivamente pela liberdade dos presos vinculada à conquista de trabalho e uma vida digna para todos. Somente a partir da própria auto-defesa dos trabalhadores organizados a partir de seus sindicatos e organizações democráticas de moradores poderá se garantir a efetiva segurança dos moradores contra o Estado burguês e o abuso e opressão cometidos pelo tráfico de drogas.

Pelo direito à moradia, à saúde e à educação;

É preciso superar a fragmentação social do território urbano, dividido em bairros de riqueza, legalidade e infraestrutura – formas de auto-segregação das elites e das classes médias altas – amuralhados, vigiados por câmeras e protegidos por exércitos de segurança privada e, no extremo oposto, bairros de pobreza, ilegalidade e precariedade que são claramente identificados como regiões repletas de privações e violência, *onde somente os parias tolerariam viver*. Como colocava Engels, a penúria da moradia é um produto necessário do regime social

burguês, uma instituição necessária que não poderá desaparecer, apenas quando toda a ordem social que a fez nascer seja transformada pela raiz.⁶⁵

Esta perspectiva conserva sua veracidade histórica já que os caminhos alternativos dentro do capitalismo fracassaram na resolução do *direito elementar à cidade*.

Um verdadeiro plano de reforma urbana e obras públicas com estabilidade, que comece por garantir os serviços essenciais ao povo favelado, desaproprie as cerca de 400 mil imóveis desocupados só na capital paulista⁶⁶ em posse das imobiliárias e de ricos proprietários. Um plano de moradias, escolas e hospitais que assegure o acesso à cultura, o esporte e a recreação. Por mais verbas para a saúde e educação e moradia, mediante o não pagamento das dívidas interna e externa. Medicamentos gratuitos e de qualidade. Estatização sem indenização de todos hospitais, clínicas e laboratórios privados, para usar toda a capacidade de exames, consultas, leitos para atender aos interesses da população. Por uma educação de qualidade, pública, gratuita e laica. Fim dos subsídios as escolas e universidades privadas.

Planificação do espaço urbano e rural

A questão de uma vida digna para os operários e os setores populares trabalhadores não poderá resolver-se integralmente até que a sociedade esteja o suficientemente transformada para começar a suprimir a oposição que existe entre a cidade e o campo. Se bem, durante os últimos anos, a fisionomia rural em alguns casos se urbanizou e poderia considerar-se como o início de uma solução para a pobreza e a precariedade urbana, a oposição entre o campo e a cidade chegou ao extremo na sociedade capitalista. É necessário implementar uma verdadeira planificação urbana⁶⁷, que inclua o âmbito rural, que favoreça uma volta ao campo de forma integrada e um ordenamento do território a serviço das necessidades da imensa maioria pobre e trabalhadora, que termine

⁶⁵ [...] não poderia sem penúria da moradia uma sociedade na qual a grande massa trabalhadora não pode contar mais que com um salário e, portanto, exclusivamente com a soma dos meios indispensáveis para sua existência e para a reprodução de sua espécie; uma sociedade onde os aperfeiçoamentos da maquinaria, etc., privam continuamente de trabalho a massas de operários; onde o retorno regular de violentas flutuações industriais condiciona, por um lado, a existência de um grande exército de reserva de operários desempregados e, por outro lado, demitir periodicamente a grandes massas de operários sem trabalho, onde os trabalhadores se amontoam nas grandes cidades e de feito muito mais de pressa do que, nas circunstâncias presentes, se edifica para eles, de sorte que podem sempre encontrar-se arrendatários para a mais infecta das pocilgas Federico Engels, Como resuelve la burguesia el problema de la vivienda, Segunda Parte, Capítulo I.

⁶⁶ Para conseguir atender famílias que estão fora dos cadastros de futuras moradias financiadas a baixo custo pelo Estado, há quem defenda o uso de um instrumento chamado desapropriação urbanística de espaços ociosos, previsto na Constituição de 1988, (*Estadão*, Domingo 18 de Outubro de 2009).

⁶⁷ No Brasil, os movimentos sociais pela reforma urbana que surgiram nos anos 1980, lutando pela democratização das cidades, vai culminar com o reconhecimento do direito à cidade por meio do Estatuto da Cidade, em 2001, que estipular cinco anos de prazo pra que as cidades elaborem a regulamentação urbana (tradução de uma lei federal garantida pela Constituição de 1988, que determina que todo município com mais de 20.000 habitantes, devesse ter um Plano Diretor). Esta experiência demonstra os limites da utopia reformista que, sem uma mudança radical da sociedade a abertura dos espaços institucionais para as classes trabalhadoras não tem perspectiva.

com a fragmentação sócio-política do campo-cidade a serviço da acumulação e das necessidades do capital.

Por um transporte urbano de qualidade

O transporte urbano é utilizado por um grande componente de pobres, fundamentalmente os ônibus e trens urbanos e suburbanos; é uma empresa lucrativa garantida pelos milhares e milhares de usuários diários. É por isso que a maioria da população padece com os péssimos serviços, cada vez mais sucateados e privatizados, quando o povo pobre e os trabalhadores necessitam de mais trens, mais ônibus, mais metrô, em condições dignas e preços baixos. A situação em que ter que viajar a maioria da população laboriosa, se agrava a cada ano.

Estudos tem calculado que se os trabalhadores da zona metropolitana utilizassem de maneira produtiva o tempo gasto em transporte, implicaria num aumento na renda de aproximadamente 55 bilhões anuais (em valores de março de 2004). Em estados como São Paulo e Rio onde a distância da periferia e a cidade-centro são as maiores, esta perda corresponderia a 26% da massa da renda apropriada pelos trabalhadores.

As condições de precariedade do transporte público, provocam estouros espontâneos dos usuários em diversas cidades e países. As terríveis condições em que está obrigada a viajar a população ou aumento no transporte público, podem ocasionar levantamentos populares radicais. Em São Paulo chegaram a acionar o sistema de emergência dos trens e ocuparam os trilhos; chegaram a fazer piquetes e barricadas como no terminal Guarapiranga e só foram contidos depois de forte repressão policial.

Um programa para o transporte tem que começar pela demanda de serviços públicos estatais, de qualidade, com preços baixos sob controle operário, recuperando sem indenização os serviços privatizados.

Sobre o campo

Alianças de classe

O salto no predomínio das cidades a nível mundial esteve acompanhado do crescimento exponencial dos assalariados⁶⁸, em particular urbanos, o que pode considerar-se, também, como fundamento econômico-social do papel hegemônico da classe operária nas alianças urbanas, com os assalariados rurais e os camponeses pobres. Mas como apontava Lenin, seu papel dirigente não será verdadeiramente político se os operários não reconhecem o resto das classes e setores sociais oprimidos e opressores e atuam como verdadeiros "tribunos do povo".

Os processos que mencionamos contribuíram para a configuração do que se está chamando de uma nova *ruralidade latino-americana*. Sem dúvida, estas mudanças estruturais até o final do século produziram uma nova divisão do trabalho no âmbito rural, uma diminuição quantitativa do campesinato e um maior peso da produção rural no conjunto da economia nacional. A aliança operária e camponesa e a questão da terra segue sendo em nossos países uma tarefa fundamental no sentido que coloca o Programa de Transição em relação a aliança operária e camponesa:

O operário agrícola é, na aldeia, o irmão e o companheiro do operário da indústria. São duas partes de uma mesma classe. Seus interesses são inseparáveis. O programa das reivindicações transitórias dos operários industriais é também, com tais ou quais mudanças, o programa do proletariado agrícola. [...] Os camponeses (sitiantes) representam outra classe: é a pequena burguesia da aldeia. A pequena burguesia se compõe de diferentes camadas, desde os semi-proprietários até os exploradores. De acordo com isto, a tarefa política do proletariado da indústria consiste em levar a luta de classes à aldeia: somente assim poderá separar seus aliados de seus inimigos.

[...] O programa da nacionalização da terra e da coletivização da agricultura deve formular-se de tal maneira que exclua radicalmente a idéia da expropriação dos camponeses pobres ou da coletivização forçada. Os operários da indústria se comprometem a aportar neste caminho toda sua colaboração aos camponeses por meio dos sindicatos, dos comitês de fábrica e, sobretudo, do governo operário e camponês. A aliança que o proletariado propõe não à classe média em geral, senão às camadas exploradas da cidade e do campo, contra todos os exploradores, e inclusive os exploradores "médios", não pode fundar-se na coação, mas somente num livre acordo que deve consolidar-se num "pacto" especial. Este "pacto" é precisamente o programa de reivindicações transitórias, livremente aceitado pelas duas partes.

A terra para o que nela trabalha. Expropriação da indústria e a agricultura mecanizada

⁶⁸ Ainda que sua participação na distribuição total do valor agregado é menor, representando uma porcentagem menor no PIB que cresceu mais que a massa salarial. O capital se apropriou, através de seus lucros, de uma porção maior do valor agregado gerado.

Tendo em conta a reivindicação histórica dos camponeses – como é o caso do Movimento Sem Terra (MST) – com certeza a política agrária antes da coletivização da terra – objetivo estratégico da classe operária para o campo – deverá passar no Brasil pela reforma agrária democrática para liquidar definitivamente com as formas de exploração semi-escravistas que ainda imperam no campo.

O programa do proletariado tem que estar na perspectiva da coletivização da terra sobre a base da expropriação sem indenização dos latifúndios, com controle dos camponeses sobre o destino dessas terras. A mecanização do campo impulsionada pelo agronegócio, proporciona em boa medida uma base tecnológica desenvolvida, adaptada à produção em grande escala que faz viável a combinação com tarefas “socialistas”, como é a concretização da coletivização do campo, sobre a base da expropriação dos monopólios da alimentação para colocá-los em produção sob controle operário. A estatização sem indenização sob controle dos trabalhadores de todas as propriedades da agro-indústria e da agricultura mecanizada é a política transicional no caminho da coletivização do campo para a produção em grande escala.

Crédito agrário e impostos

Enquanto se mantêm as granjas individuais até a implementação completa da coletivização que deve ser voluntária, o estado deve acordar privilégios financeiros: perdoar das dívidas e créditos baratos para os pequenos produtores rurais. Impostos progressivos sobre as terras não cultivadas; fortes impostos sobre as rendas individuais que provêm da extensão dos grandes latifúndios sem explorar.

A luta pela liberação nacional

O salto na dominação imperialista sobre nosso continente, de sujeição econômica⁶⁹ e política, os problemas democráticos estruturais relacionados à terra e na atualidade à “questão urbana” não podem sequer serem pensados seriamente, sem encarar a luta contra o imperialismo e por esta via os povos latino-americanos terão que estreitar intimamente seus laços. E, como colocava Trotsky:

O proletariado deve entrar firmemente no cenário histórica para tomar em suas mãos o destino da América Latina e assegurar seu futuro. O

⁶⁹ Os recursos e o financiamento para estes planos somente podem obter-se como subproduto da luta pelo não pagamento da dívida externa e para que a crise seja paga pelos capitalistas. Já que para conseguir começar a resolver estes problemas de infra-estrutura urbana somente em São Paulo: transporte, obras rodoviárias, habitação e saneamento, como assinala a revista *Grandes reporagens* em sua edição *Megacidades* de agosto de 2008, a soma do custo dos planos mencionados ultrapassaria o valor de R\$ 175.656.775.081.

proletariado unificado irá atrair dezenas de milhões de camponeses indo-americanos, eliminará as fronteiras hostis que os dividem e nucleará as 24 repúblicas e possessões coloniais sob as bandeiras dos Estados Unidos Operários e Camponeses da América Latina⁷⁰.

Novembro 2009

Bibliografia consultada

Antunes, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, Boitempo, agosto 2007.

Arantes Paulo, *Extinção*, Boitempo, 2007.

Bensaid, Os irredutíveis, *Teoremas da resistência para o tempo presente*, Boitempo, 2009.

Davis, Mike. *Planeta Favela*, Boitempo, 2007.

Oliveira, Francisco de, e Cibele Saliba Rizek. *A era da indeterminação*, Boitempo, 2007.

Revista Margem Esquerda Nº 12, ensaios marxistas, novembro de 2008.

Souza Martins, José de *Os camponeses e a política no Brasil*, Vozes, 1986.

Wacquant, Loïc. *As duas faces do gueto*, Boitempo, 2008.

⁷⁰ *La lucha antimperialista es la clave de la liberación. Una entrevista con Mateo Fossa, 23/09/1938. Escritos Latinoamericanos, CEIP*